

Carolina Ferreira
Fevereiro 2007

COIMBRA AOS PEDAÇOS.

UMA ABORDAGEM AO ESPAÇO URBANO DA CIDADE.

COIMBRA AOS PEDAÇOS.

UMA ABORDAGEM AO ESPAÇO URBANO DA CIDADE.



COIMBRA AOS PEDAÇOS

Uma abordagem ao espaço urbano da cidade.

Prova Final de Licenciatura em Arquitectura pelo Departamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, orientada pelo Professor Arquitecto Adelino Gonçalves.

Carolina Ferreira
Fevereiro de 2007

Índice

PARTE I	4
Estrutura do Trabalho	6
Centros de identidade	12
Um enfoque. Um olhar da cidade	16
PARTE II	25
1. BAIXINHA	26
Cidade Medieval. Sistema Urbano. Morfologia.....	27
Nova Centralidade	32
Intervenções Urbanísticas	38
2. Sá da Bandeira	44
O século XIX. Planeamento Oitocentista.....	45
Processo de expansão urbana	47
Nova tipologia. Centro Linear	52
3. Celas	56
O Burgo na sombra do Mosteiro.....	58
O que é Celas? Dificuldade na delimitação de um centro	60
Morfologia do espaço urbano. Resultado de um crescimento espontâneo.....	65
4. Bairro	68
Cidade Estadonovista.....	70
Morfologia Urbana. Habitação Unifamiliar	75
Expressão Urbana e Social	77
5. Solum	80
Planeamento Funcionalista	81
Morfologia urbana. Habitação colectiva.....	84
Expressão Urbana e Social	87
PARTE III	91
Casa do Sal.....	92
Cidade Contemporânea	97
A “condição central”	102
Bibliografia	105
NOTAS	109

PARTE I

“Estudos desenvolvidos ao longo de vários anos acerca do desenvolvimento global de grandes metrópoles, têm vindo a demonstrar como, invariavelmente, a mole urbana pré-existente se afirma determinantemente (para o bem e para o mal) na estruturação do crescimento urbano. Igual sucede relativamente ao território. Ou seja, o urbanismo como um todo integrado dos vários *layers* históricos do espaço transformado, é um dado tão importante para o planeamento e o desenho de *ensanches* urbanos quanto o programa ou a topografia, para apenas referir dois dos habitualmente mais considerados.” (ROSSA, 2000: 19)

“Assim, no rol de temas que a *História Urbana* por definição se propõe tratar estão incluídas (entre outras) a política, a economia, a sociologia e a cultura da(s) comunidade(s) envolvida(s). Pelo seu lado, a realidade que a *História do Urbanismo* almeja explicar diz essencialmente respeito ao processo pelo qual ocorreu o desígnio, a instalação, o desenvolvimento e a permanente transformação espacial de um núcleo urbano, ou de uma fracção. É-lhe fundamental o que levou à inevitável adulteração do desígnio inicial ou do projecto no processo de implementação e uso, ou seja, proceder à sempre profícua avaliação. E depois há as sínteses dessas ocorrências para vários casos, com as quais se pretendem encontrar padrões comuns que conformam a cultura/identidade espacial da comunidade, num âmbito mais lato.” (ROSSA, 2000: 15)

Estrutura do Trabalho.

Na sequência de várias reflexões sobre *urbanismo* e sua representação na cidade portuguesa, surgiu uma matriz de análise ao território urbano de Coimbra. Pela necessidade de encontrar uma síntese de conceitos estruturadores, estabeleci alguns pontos que penso representem a diversidade da cidade e o debate que sobre ela se pode estabelecer.

O debate à volta da cidade e sobretudo sobre seu espaço urbano, tem reunido várias áreas de estudo que vão desde a antropologia, sociologia, economia, filosofia até ao nosso campo da arquitectura. Esta abrangência é justificada pela complexidade do próprio conceito que, para uma melhor compreensão e domínio do campo, se subdivide e se focaliza em análises restritas para cada área do conhecimento.

O entendimento do espaço expõe uma particularidade fundamental: como é que as sociedades e culturas se relacionam com o mundo e como, através desse relacionamento, se estruturam enquanto realidades objectivas. Dentro da Filosofia platónica o espaço é descrito como natureza universal que recebe todos os corpos. Um *nada* que existia enquanto entidade do mundo exterior, à semelhança dos objectos que podia conter. Na sua ausência, o espaço continuaria a existir, mas como contentor vazio e ilimitado. Outros entendimentos do espaço podem englobar a espontaneidade, individualidade e a inevitabilidade da sua experimentação ou apropriação.

Na concepção cartesiana, é entendido como realidade extensa, mensurável, subdivisível, neutra e, finalmente, enquadrável por três coordenadas: altura, largura e profundidade. Estas propriedades objectivas, só por si, não permitem compreender a acção recíproca dos corpos. A elas se juntam propriedades abstractas como "verde", "bonito" ou "feio". É o campo da percepção, diferente de pessoa para pessoa, que condiciona o modo como se relaciona com o espaço urbano.

Claro que nada é estanque e limitar áreas do saber é ilusório, pois na realidade todas funcionam em conjunto. Por isto, é preciso limitar e definir o campo do espaço da *cidade* para o domínio da arquitectura. É uma área que aborda o espaço físico, desenhado e construído do

território e que “pensa cidade” , tendo como ponto de partida o aspecto material da conformação urbana.

O poder de transformar, manipular e controlar o aspecto físico do espaço está completamente dentro do seu âmbito. Ao considerar os agentes humanos extrapola para a área relacional destes com o espaço. No limite e especificando a nossa área de estudo, o *urbanismo* é o suporte físico de todo este processo.¹

A arquitectura, ao interferir com o território, interfere também com a comunidade que o habita e por isso tem um papel educativo e organizativo da conduta urbana. Ao contribuir para a qualidade do espaço físico construído, potencia a dinâmica essencial para as relações e acções da cidade. O suporte territorial destas relações é analisado segundo as formas do edificado e segundo a morfologia dos assentamentos da cidade que, induzidos por lógicas e dinâmicas diferentes, resultam em parcelas também diferentes.

“A paisagem urbana é consequência de “formas” e de” funções ou actividades” . Assim, a sua compreensão envolve estudos morfológicos e funcionais. Os primeiros decorrem principalmente das características da planta e dos edifícios que a preenchem, enquanto os últimos dizem respeito aos usos que ocupam as várias parcelas, às actividades que aí se desenrolam, facetas que apenas por razões de ordem prática se estudam separadamente.” ²

É nessa paisagem que o indivíduo integra e recolhe imagens mentais do espaço na sua acção quotidiana. Tanto a imagem como a forma, são reveladoras de uma qualquer realidade urbanística no modo como as construções (matéria) interagem consigo – na sua disposição – e com o envolvente (espiritual) – que comporta toda a acção e percepção.

A composição urbana é mais que uma escultura comportando uma imagem plástica, e estática. Nela interferem factores históricos do seu processo de formação e apropriação e toda a dinâmica do movimento dos elementos que contribuem para a *condição urbana*.

O factor tempo é indispensável no processo de difusão dos acontecimentos. Nele, a informação circula tendo como referencial o início da acção humana no espaço. Constrói-se um processo histórico e cultural onde toda a interacção da comunidade com o espaço exhibe a sua marca do tempo. É na história do urbanismo que tais processos de

fundação, desenvolvimento e continuidade são reflectidos e abordados sob várias perspectivas. A história do urbanismo “(...) diz essencialmente respeito ao processo pelo qual ocorreu o desígnio, a instalação, o desenvolvimento e a permanente transformação espacial de um núcleo urbano, ou de uma sua fracção.”³

Tomou-se como objecto de estudo a cidade de Coimbra com a intenção de reflectir sobre o seu espaço urbano e a sua história urbanística. Para isso, foi inicialmente feita uma leitura geral da cidade e do seu processo de expansão territorial. A formação e respectivo crescimento do aglomerado ocorreu em pontos distintos e não conexos do actual território da cidade, cada um com necessidades e formalidades diferentes. Durante o processo de expansão, os núcleos foram-se progressivamente mesclando e penetrando para dar origem a um organismo de morfologia peculiar. Como resultado, Coimbra é actualmente uma cidade *polinucleada*.

Segundo esta abordagem, foram destacados pedaços de território urbano para uma análise estruturada caso a caso e, no final, permitir uma avaliação conjunta do processo urbano de Coimbra. A estrutura do trabalho é a própria estrutura polarizadora da cidade.

Como primeira etapa, foi feita uma recolha de informação histórica para cada caso/cidade. Estes casos de estudo não são mais que extractos representativos do tecido urbano consolidado.

Surgiram, assim, os cinco capítulos que falam do processo de conformação urbana de cada parcela de território limitado. Cada núcleo, com suas especificidades, é encarado como uma “cidade” autónoma. A sectorização de áreas territoriais permite perceber a evolução das dinâmicas urbanas em vários tempos da história do urbanismo. Explora também a questão do “centro” com atributos formais e funcionais específicos para a avaliação da “condição central”. Sendo a cidade um organismo complexo, pode ser esta uma matriz de trabalho que ajude a controlar e direccionar uma visão urbanística e uma leitura de conjunto, tendo como base os vários núcleos.

O crescimento e expansão urbana de Coimbra são também temas focados. No processo de formação e consolidação, o espaço envolvente tem um papel na identidade comunitária. Por isso, é importante que

esse processo natural de rompimento e extravasamento de limites seja pensado e estruturado para promover o ambiente urbano propício ao desenvolvimento da cidade. A qualidade global da cidade depende da qualidade do espaço de cada um dos seus pólos.

O objectivo final atende a uma reflexão da condição urbana contemporânea reflectida no espaço construído, depois de um percurso por alguns episódios urbanísticos de Coimbra.

A representação da cidade contemporânea é resultado das dinâmicas vigentes desde o início da história do urbanismo até à actualidade. A soma de todas as formas e centros do território urbano acentuam a polarização da paisagem da cidade actual.

Coimbra é uma cidade *policêntrica* ou *polinuclear*, também porque o seu território apresenta porções de espaço com uma morfologia bem evidente, criando núcleos espacialmente coesos e identificadores de uma fronteira física, distinguindo-os do restante tecido urbano.

Ao nível programático e funcional também existem limites ou *zonamentos* que nos permitem identificar centros. Dentro desta análise, a questão do espaço físico é, por vezes, mais complexa, pois a identificação do núcleo pode residir em algo imaterial, sendo por isso um limite não identificável na paisagem urbana.

O apoio gráfico é importante para uma leitura acompanhada de tudo aquilo que não foi possível comunicar ou concluir. Recorri ao poder informativo da imagem para me auxiliar a expressar determinadas leituras de cada caso/cidade. Em cada centro é capturado um “momento congelado” do lugar que, por ser excepcional, é capaz de revelar uma imagem e uma identidade produzidas pelo espaço construído e pelo modo como os agentes dele se apropriam.



Fotografia aérea vertical da cidade com os núcleos destacados no território.
Fonte: Fotografia aérea vertical. Agosto 2001. Socarto. *in Coimbra Vista do Céu* p.6. Original da METRO-MONDEGO SA.

“O mais grave para o indivíduo é a irreversível descaracterização do ambiente e a perda da sua identidade topológica. A acelerada urbanização das sociedades implicou o crescimento exponencial das cidades. Por razões várias, de uma forma geral o processo não foi acompanhado pela estruturação do espaço, não sendo assim possível promover a sua *urbanidade*, ou a identificação positiva dos novos habitantes com a sua cidade. Uma das soluções adoptadas com sucesso tem sido, entre outras, a devolução do núcleo fundacional da sua cidade ao conjunto dos cidadãos, dotando-se de uma grande acessibilidade e de atracções que, em permanência, desenvolvem o seu pulsar de identidade. Trata-se (nem mais) da exploração das características de centralidade de qualquer centro urbano. Por tudo isto, não é correcto classificar tais espaços como “centros históricos”, pois a atitude que metodologicamente se impõe é considerá-los como *centros de identidade urbana*.” (ROSSA, 2000: 19)

“Hoje, se exceptuarmos os denominados «Centros Históricos», consensualmente reconhecidos, delimitados, classificados e regulados por procedimentos de excepção, a ideia de lugar, de localização, de forma, de perfil funcional associadas ao centro, está em profunda mutação e é objecto de diversas interpretações contraditórias.” (DOMINGUES, 2006: 19)

Centros de identidade.⁴

Álvaro Domingues e Walter Rossa debruçam-se sobre a análise do espaço urbano e sobre os agentes que promovem a “condição central” das cidades portuguesas. Através de uma reflexão urbanística, fazem uma análise sequencial do significado do centro para o território urbano ao longo da história do urbanismo, e mostram como esse conceito se foi alterando profundamente até à actualidade.

Tradicionalmente, a cidade era *monocêntrica*, ou seja, o território urbano era estruturado segundo uma área considerada como “principal” . Era lugar da própria imagem da cidade, por ser fisicamente representativo na dinâmica urbana. Representado muitas vezes por uma praça, uma avenida, um largo... o espaço condensava as funções urbanas e funcionava para o restante território como pólo agregador e de referência da comunidade aí residente. O espaço central é a resposta às necessidades sociais de troca e discussão/decisão conjunta de formas de vida representadas na “polis” .

Na Coimbra medieval, a transferência ou alargamento do centro político militar e religioso à frente fluvial não perturbou a estabilidade *referenciadora* do centro. No processo evolutivo da sociedade e do território, foram introduzidos novos elementos que fizeram alterar em muito a forma do desenho e da apropriação do espaço da urbe.

Se o caminho-de-ferro acentuou a visibilidade do centro e reforçou a acessibilidade, permitindo maior fluidez de bens e ideias, e potenciando a inovação por uma rede territorial alargada, o automóvel criou o efeito contrário. Contribuiu para a criação de várias centralidades e para o efeito de dispersão, sentido em todos os domínios da urbe. As redes viárias permitiram a extensão territorial e a conexão e dispersão de mais gente por maior área de território. As funções urbanas puderam, assim, ser colocadas em pontos distintos do espaço e os fluxos quotidianos cumpriam uma trajectória mais abrangente pela rede viária.

A questão dos limites tornou-se problemática, pois ocorreu uma dispersão e extensão descontrolada do território urbano não se

sabendo ao certo qual é, afinal, o perímetro urbano ou se determinado loteamento ainda se insere na paisagem urbana.

Gera-se uma divisão entre os “centros antigos” e os “novos centros”, tendo os últimos a mais-valia de poderem preencher os novos requisitos funcionais na organização da urbe. A grande transformação dos sistemas económicos, sociais e tecnológicos originou outras formas de habitar o território que respondem às novas exigências da cidade.

São estes novos pólos que desenham o território contemporâneo e ajudam à consolidação da restante cidade emergente.

A relação constante com o espaço é que despoleta características agregadoras e possibilita a “condição de centralidade”. A estruturação urbana, manipulando o espaço físico, também influencia o espaço mental dos habitantes. Essa identificação torna-o peculiar e característico na mole urbana. Walter Rossa foca a descaracterização do ambiente e a perda da sua identidade topológica como consequências da dispersão urbanística e falta de identificação da sociedade com um território. As fronteiras do espaço construído estão hoje diluídas no território urbano, alterando a “condição de centralidade”.

Lançando a ideia que Coimbra é essa cidade que se forma por adição de pequenos núcleos, lanço-me em perceber o espaço urbano no processo da História do Urbanismo.

A soma dos diferentes modelos urbanos que a constituem é a marca dos vários cenários disponíveis para uma apropriação da sociedade. Uma cidade de “ilhas” que se conformou a partir de núcleos periféricos com formalidades distintas e onde o crescimento urbano veio ligá-las por um processo de preenchimento, do qual resultou um território feito de centros consolidados, conectados pelo restante processo de crescimento difuso e disperso.

Existem, assim, diferentes centralidades dentro da cidade. Através da singularidade dos modelos urbanos torna-se possível uma análise destacada para cada um deles: a análise formal do espaço físico como tipologia urbana a que corresponde também uma análise vivencial do lugar como uma identidade agregadora do espaço físico e espiritual.

É na dinâmica urbana, nos processos de criação e expansão que se destacam determinados núcleos potenciadores de uma centralidade no seio do conjunto urbano. Designo-os, então, por *centros de identidade*. Núcleos que marcam o tecido urbano na história do urbanismo. Neste caso, a história do urbanismo de Coimbra.

“Coimbra sem a Universidade perderia muito, e Coimbra perde em contar tanto com a Universidade. Não quero dizer com isto que haja governo imbecil que chegue a praticar o erro gravíssimo de transferir d’alli aquelle estabelecimento; quero dizer que certos habitantes da cidade do Mondego contam excessivamente com o ganho que lhes proporciona a estada lá de tantos indivíduos alheios. Devem esses considerar que a industria e o commercio serão sempre as suas maiores fontes de riqueza.(...)”

Perca-se, pois, inteiramente o costume de tirar os principaes interesses da estada da Universidade; é pouco trabalhoso esse negocio, mas é falto de solidez. Um cataclismo natural ou social podem d’um momento para outro fazer seccar inteiramente essa fonte de receita; e não é quando sobrevem o mal (quod Deus avertat), que mais serenos e reflexivos estão os espíritos para lançar então, se possível, as bazes a uma empreza proveitosa.”
(FIGUEIREDO, 1886: 360-2)

Um enfoque. Um olhar da cidade.

Há duas vias de análise ao espaço urbano de Coimbra – uma, focando a expansão potenciada pela Universidade e outra, a expansão urbana sem a instituição universidade.

É certo que a Universidade teve e tem um papel importante, promovendo uma dinâmica urbana particular por via da população estudantil que faz circular. E mais, “ (...) todo um grupo social que nascera, para garantir a alunos e mestres os serviços necessários à sua permanência na cidade” .⁵

Foi no século XVI que ocorreu a grande mudança que iria definir toda a cidade universitária. Coimbra teve, nesta época, uma grande projecção a nível nacional. D.Manuel (1495-1521) promoveu a reestruturação de Coimbra, fomentando uma série de medidas para o seu reordenamento e procedendo à execução de importantes obras de carácter infra-estrutural, transformando-a numa das principais cidades do centro do país.⁶ Posteriormente, D. João III (1521-1557) verificou a necessidade de reformular o ensino vigente, de modo a que este pudesse responder às exigências de uma época de transformação, apoiando o processo de constituição de um Estado moderno. Assim, promove a reestruturação do Mosteiro de Santa Cruz, de importância nacional, a fim de alterar o sistema público, que se encontrava reduzido à Universidade instalada em Lisboa.⁷

O projecto englobava dois níveis de ensino. Um destinado às Artes ou Escolas Menores e outro ligado ao Ensino Universitário. O primeiro integrava o Mosteiro de Santa Cruz e no segundo eram incorporados os diversos colégios das várias ordens religiosas da Rua da Sofia.⁸ Todas as ordens quiseram, então, fundar colégios universitários e muitos edifícios foram erguidos em poucas décadas.

Este projecto de reforma cultural, espiritual e intelectual, trouxe consigo reformas urbanas e gestos programados para o crescimento territorial da cidade.

A rua da “Sabedoria” abriu novas portas à urbe, orientou o crescimento Norte e canalizou-o física e espiritualmente ao rasgar um eixo programático forte e decidido num novo rumo territorial.

Estava então criado um pólo com características bem específicas: um modelo de rua “semi-particular”⁹ que albergava um programa educativo de formação superior, complementado com funções do quotidiano urbano de habitação e comércio. Foi um laboratório tipológico e, na altura, era a maior rua da Europa.¹⁰

Em 1540, construiu-se o projecto do novo pólo universitário, de planta reticulada. O rei cedeu os terrenos do paço real para a Universidade e, nunca chegou a ser concretizado o projecto inicial para a Rua da Sofia.

Com a Reforma Pombalina, no século XVIII, encetava-se a reforma da Universidade com intervenções urbanas, construção de mais alguns edifícios e melhoramentos dos acessos à *Alta*. Foi também desta época a implantação do jardim botânico no vale sul da colina universitária.

Até ao século XX, o conjunto universitário manteve-se praticamente inalterado¹¹ quando, em pleno regime fascista, se dá a reforma completa do modelo urbano universitário, implantado na Cidade Alta. A importância institucional que a Universidade tinha alcançado, a nível nacional, levou o Estado a deter o seu monopólio administrativo. O plano visava criar “novas condições espaciais para a formação de uma classe política culta e enquadrada institucionalmente por um coeso e uniformizador meio académico” e dar “forma a uma Cidade Nova como expressão do regime”¹².

A zona mais elevada do monte foi a área escolhida para a implantação do pólo universitário monofuncional. O processo de reestruturação implicou a razing de todo o edificado existente para a construção de novos edifícios ao “estilo *estadonovista*”. O conjunto compõe-se por uma nova relação volumétrica axial, de escala monumental, construindo o cenário imponente da paisagem urbana da cidade.

A intervenção gerou expropriações e alterou de forma radical os usos daquele espaço. Era uma zona tendencialmente habitacional e comercial. A deslocação da zona habitacional para a periferia urbana fez crescer bairros em várias direcções do núcleo principal da cidade.

Se na cidade medieval as ordens religiosas tiveram um papel estruturante e regulador do crescimento urbano, agora é a Universidade

que faz gerar esse desenvolvimento. A cidade é, há muito tempo, sustentada por duas instituições: a estatal e outra, a Universidade de Coimbra, de índole espiritual e intelectual.

Depois do *Pólo 0*, na Rua da Sofia, e do Pólo I, na Cidade Alta, surgiram, no final do século XX, os outros – o Pólo II e III.

Os planos do Pólo II, de Camilo Cortesão, e do Pólo III, de Gonçalo Byrne, promovidos pela Universidade, são intervenções recentes no espaço urbano da cidade.

O Pólo II, já em plena actividade, transportou o crescimento urbano e os estudos relacionados com as ciências e as tecnologias, ocupando parte da área do antigo Pinhal de Marrocos. É uma acção decisiva para o incremento da *urbanidade* junto ao rio. À partida parece um programa estritamente ligado ao ensino, mas a sua função de dinamização e estruturação do crescimento urbano complementa a cidade com a promoção de novas centralidades funcionais, das quais é exemplo a urbanização Quinta da Portela.

O mesmo acontece com o programa do Pólo III, “baptizado” como “zona da Saúde, actualmente em construção a Norte de *Celas* e entre as circulares urbanas, que promove a criação de mais um complexo urbano dentro do contexto universitário.

Estas intervenções promovem e agitam os envolventes urbanos e potenciam outras intervenções. Geram habitação, geram comércio e criam o ambiente necessário no processo de formação da cidade actual. Marcam a era das intervenções urbanísticas contemporâneas e dos “novos centros” .

Neste caso particular, oferece-se o espaço livre para a criação de um novo laboratório urbanístico, pois permite a alguns arquitectos da geração actual testar novas metodologias e tipologias do desenho urbano e arquitectónico. São novas centralidades que promovem o aumento da rede constituída pelas outras centralidades já existentes no território urbano.

Estruturada em pólos universitários, a cidade afirma o seu poder intelectual. Situação que reflecte a presença desta instituição na expansão e conformação urbana de Coimbra. É uma “empresa” / instituição que gera dinâmicas urbanas, económicas, sociais, culturais e

promove núcleos de crescimento da cidade com importância significativa para todo o seu imaginário.

E a outra cidade?

Os restantes pólos de expansão foram por mim demarcados. Após um percurso por alguns momentos da sua história, foi-me possível chegar à delimitação de núcleos polarizadores e conformadores da morfologia actualmente existente.

Coimbra implantou-se no monte a 90 metros de altura sobre um rio navegável – o Mondego. A estrutura urbana teve início no período romano e o sistema principal para a formação do castro era simples: uma elevação, para maior controlo do restante território, um rio e a via Olisipo-Bracara Augusta, que estabelecia a comunicação terrestre com o restante território peninsular.

Estava, assim, iniciado o processo de conformação da *polis* com seus órgãos de poder residentes no Fórum. A fixação inicial não demorou até extravasar os limites em direcção à zona mais baixa, junto do rio e ao longo da via romana. As razões defensivas deixaram de fazer sentido e, passado o período das reconquistas e da fixação da nacionalidade, despoletaram outras vontades e outras dinâmicas para o desenvolvimento do castro inicial. A vida urbana foi-se estabelecendo ao longo da via romana, por ser o sítio de passagem propício a trocas e a todas as actividades relacionais que a caracterizam. A pouco e pouco a aglomeração da edificação foi construindo a via que, mais tarde, passou à designação de *rua*. Foi o lugar privilegiado para a acção e prática da cidadania.

O limite imposto pela muralha assinalou o zoneamento de duas áreas urbanas distintas: a “alta” e a “baixa”. O desenvolvimento da cidade medieval, na parte baixa, caracterizou-se basicamente pela consolidação do núcleo *arrabaldino*, como uma área de intensa actividade mercantil e social.

Mais tarde chamada de *Baixinha*, esta zona prevalece o centro da cidade durante longo tempo, depois da cidade alta. As marcas do tempo foram-se acumulando e persistiram, na memória, até aos nossos dias. A sua carga simbólica na cidade actual faz, deste núcleo, um centro

cheio de referências históricas com características tipo-morfológicas que identificam o espaço urbano medieval. Foi o primeiro grande tema da expansão e crescimento da cidade.

Uma segunda grande acção de expansão territorial marcou a história do século XIX, corresponde ao nascimento da *urbanística* como disciplina de planeamento urbano. Reflectiu-se, a nível europeu, pela execução de programas de reestruturação e expansão urbanas, conduzindo à ruptura dos seus limites ancestrais. Em Coimbra, foi rasgada uma Avenida à imagem de *boulevard* parisiense ligando a parte baixa à parte alta da cidade e projectando-a a novas extensões de território englobando os restantes burgos periféricos no seu perímetro. Esta acção urbanística foi grandiosa, na medida que introduziu elementos inovadores no projecto urbano - redes de saneamento, abastecimento e iluminação públicas - e conseguiu, numa grande extensão de terreno "vazio", planejar e regular toda a edificação e infraestruturização a longo prazo do território. O resultado visível revela uma estrutura sólida e funcional capaz de suportar as mudanças programáticas e morfológicas normais da cidade. Este modo de planeamento concilia o investimento público e privado, controlando e delimitando as formas edificadas de cada parcela. O desenho de projecto era utilizado em complemento com a regulamentação logística de actuação para aquele plano. O cenário urbano alterou-se radicalmente, abrindo a "cidade e os cidadãos a novas concepções políticas, sociais e estruturais." ¹³ Surgiram novas tipologias e novas relações espaciais para a vivência e organização urbana de Coimbra. O peso infraestrutural da *Avenida Sá da Bandeira* lançou as bases das novas formas de conexão espacial da cidade.

Noutra etapa, o Estado Novo, regime político vigente entre 1933 e 1974, marcou toda a *cultura urbanística* portuguesa do século XX. Caracterizou-se pelas suas políticas autoritárias e de acentuado controlo social e ideológico. Essas convicções deixaram marcas no território urbano e no desenho da cidade, acentuando a baixa densidade, o uso de tipologias unifamiliares, estruturas viárias hierarquizadas e regulamentação higienista.

A acção estratégica de urbanizar o território segundo planos e métodos uniformizadores, foi concretizada através de *Planos Gerais de Urbanização* para as várias cidades do país, utilizando-os para a expressão da acção e controlo do Estado sobre o espaço social.

Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas de então, levou a cabo toda a estratégia de modernização do sistema urbanístico português, contratando especialistas estrangeiros para a elaboração de tais planos. Foi o caso de Etienne De Gröer, urbanista parisiense, que elabora o plano para Coimbra e lança as bases orientadoras do processo de expansão urbana da actual cidade. Com palavras do urbanista é mostrada a intenção geral deste *Plano de Extensão e Embelezamento* de Coimbra:

“Ora, um plano de urbanismo não pode ser senão um programa destinado a dirigir, em linhas gerais, o desenvolvimento duma cidade ou de uma região, durante um certo número de anos (...).” Estes planos são importantes porque “no decorrer do último século (período de rápido crescimento das cidades), a experiência provou que toda a cidade, cujo desenvolvimento não está dirigido, não pode vir a ser senão um grande caos.

O conjunto de forças cegas e de iniciativas particulares, movidas unicamente por considerações de interesse pessoal ou pela fantasia de cada um, pode trazer apenas uma perfeita desorganização e perdas financeiras.

É para evitar catástrofes (...), para proteger a propriedade e para dar às cidades a comodidade, a salubridade e a beleza necessárias que se fazem planos-programas de urbanismo.”¹⁴

Em relação às políticas públicas de habitação, o Estado promove um *Programa das Casas Económicas* com vista à construção de habitações para alojamento da população sem capacidade de fazer frente à lógica do mercado imobiliário. A campanha visava atrair e fixar pessoas, oferecendo condições de estabilidade familiar e de emprego, contribuindo para desencorajar os conflitos laborais.

Dentro deste contexto, nasce em Coimbra o bairro de habitação, englobado no projecto de Planeamento geral da cidade, marcando um novo pólo de expansão territorial. Actualmente, chamado de Bairro Norton de Matos, assinala uma das centralidades da rede urbana e marca morfológicamente a acção e convicções de desenho do período pelo qual foi construído.

Nas décadas de 50 a 70, deste mesmo século, é de assinalar o aparecimento de uma nova geração de arquitectos portugueses, nascida pela revolta às convicções urbanísticas impostas pelo regime *estadonovista* e pela divulgação teórica que saía dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna europeus.

No seio da discussão à volta das formas de habitar, defendiam-se as novas tipologias de habitação colectiva, mais rentáveis e mais eficazes na conformação do espaço urbano. No geral, as transformações conceptuais e metodológicas do desenho foram sentidas ao nível do território urbano. Estruturava-se o espaço numa lógica de *zoneamentos* e segregação funcional proposta no *Planeamento Funcionalista*. Os valores da *Cidade Moderna* percorriam modelos e estruturas que satisfizessem as novas necessidades funcionais urbanas e, com a introdução do transporte individual, o território começou a ser manipulado e estruturado em função das redes rodoviárias pensadas para uma circulação mais rápida e fluida. A infraestrutura viária passou a ocupar o lugar central do espaço e, ao mesmo tempo, fez dispersar a cidade até à periferia urbana diluindo os limites fronteiros do tecido consolidado.

Em Coimbra, a ânsia de construir a Cidade Moderna está presente nas experiências realizadas na *Solum*, uma zona multifuncional da cidade com um modelo reconhecível e delimitado. Juntamente com *Celas* e com o Bairro Norton de Matos, desenha-se uma faixa Nascente de núcleos direccionais do crescimento e consolidação urbana.

Assim, tendo como referência a cidade alta, a expansão de Coimbra foi direccionada em três zonas. A zona Nordeste de *Celas* e Sudeste do *Bairro Norton de Matos* e *Solum*. Cada núcleo com características bem diferentes, são uma referência importante para o processo de crescimento urbano da cidade. Assinalam uma marca tipológica e ideológica gerando diferentes “modelos de cidade” e por isso, cabendo nos seguintes capítulos como uma mostra de cidade autónoma e singular. Contribuem para a diversificação e polarização do conjunto urbano.

Conceitos como *limite*, *fragmentação*, *continuidade*, *dispersão* e *coesão* foram importantes para perceber toda a dinâmica que o

desenho urbano gera na realidade, ou na chamada dinâmica urbana – aquela onde contribuem todos os domínios da *polis*.

Outros ensaios urbanísticos poderiam ser realizados, tendo como objecto de estudo esta cidade. Este é só um enfoque, tendo como linha condutora os *centros de identidade* eleitos.

São eles a *Baixinha*, a *Sá da Bandeira*, *Celas*, o *Bairro* e a *Solum*.

1. Construção do Pólo II da Universidade de Coimbra.

Ocupa a área do antigo Pinhal de Marrocos que circundava o território consolidado.

“O *campus* universitário (...) produz novas polaridades monofuncionais que ainda se articulam mal com a morfologia e o quotidiano da cidade.” (DOMINGUES, 2006: 31)

Fonte: Filipe Jorge, 2006, in *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Coordenação de Álvaro Domingues. p.31

2. Hospital da Universidade de Coimbra inserido na área do Pólo III.

Urbanização dispersa. O somatório de construções de diferentes escalas, cria vazios desconexos para o conjunto urbano. As formas fragmentadas da urbanização foram conduzidas pelo traçado dos eixos viários.

Fonte: Filipe Jorge, 2003, in *Coimbra Vista do Céu* p.59



1



2

PARTE II

1. BAIXINHA



Cidade Medieval. Sistema Urbano. Morfologia.

Da observação ao tecido urbano da Baixinha, são detectados alguns padrões morfológicos das cidades medievais, formalizados segundo percursos, largos, praças e quarteirões irregulares. Todos estes elementos de composição urbana possuem forte interdependência, originando um tecido coeso e destacado da restante morfologia.

A sua análise ilustra as características específicas de um modelo fundador da morfologia urbana que continuou a assegurar a unidade e continuidade no espaço e no tempo. O seu aspecto formal reflecte as dinâmicas do urbanismo medieval, onde o espaço sempre teve funções de encontro, de troca e de circulação de bens e ideias. O carácter multifuncional, dado na altura, contribuiu para que os elementos estruturadores do espaço fossem agregadores de todas as actividades sociais, económicas, políticas e religiosas da urbe. A rua e a praça eram por isso, os elementos principais do sistema, assumindo o carácter central e identificador para cidade.

Como primeira etapa de análise ao tecido urbano deste caso/cidade, procurei esclarecer e anotar algumas etapas do seu processo de formação e consolidação, desde o período romano até aos projectos actuais de intervenção e remodelação da morfologia inicial.

Assim, o sistema topográfico inicial era composto por uma colina e um rio navegável, contribuindo como elemento importante de circulação e ligação às zonas envolventes. Jorge Alarcão faz uma descrição das vantagens topográficas do sítio com “dois vales profundos” que, “cavam um fosso natural em redor da colina”¹⁵. O primeiro assentamento humano iniciou o processo urbanístico da actual cidade no topo da colina, por razões de controlo territorial e defensivas. Por isso, aqui se implantou o primeiro núcleo citadino que herdou e deu continuidade às preexistências romanas, visigóticas e muçulmanas.¹⁶ O núcleo da *Baixinha* desenvolveu-se precisamente na borda Poente da colina em contacto directo com a via fluvial.

O local estava inserido numa rede viária de comunicação terrestre, criada na altura de expansão e difusão do Império Romano,

funcionando para que todo o tipo de informação, acontecimentos e bens materiais fossem difundidos pelo território peninsular. O poder relacional da via tornou-a no principal agente de divulgação e consolidação urbanas. Assim, a via litoral da Península Ibérica *Oissipo-Bracara Augusta* foi uma ferramenta do sistema urbano nacional, importantíssima para o processo de assentamento e aglomeração urbanística, pois funcionou como um canal de ligação e como ponto de encontro junto dos aglomerados e promoveu o suporte às relações urbanas. Neste sentido, a Baixinha, é o reflexo formal da aglomeração implantada em torno de uma via de passagem às portas de entrada da muralha da cidade propriamente dita.

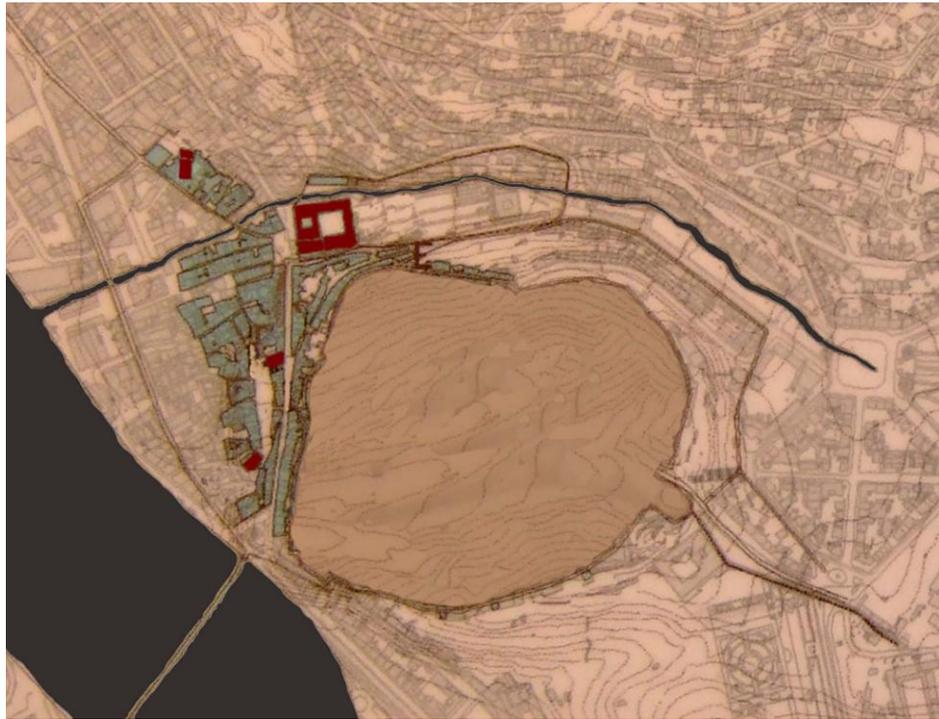
O processo de fixação e estruturação do território não foi espontâneo nem casual, uma vez que obedeceu à lógica da implantação das Ordens e Comunidades religiosas e fixação das suas agregações em porções de terreno delimitados por cercas. A regra de localização das capelas e igrejas foi ditada ao longo da via principal, aquela pela qual “todos” passavam, podendo assim fazer cumprir as suas obrigações de assistência no apoio aos peregrinos e de quem mais precisasse. Assim, o arrabalde passou a ser definido pela colocação de igrejas ao longo do eixo viário, direccionando todo o espaço urbano. Implantaram-se quatro templos: Santa Justa, S. Tiago, S. Bartolomeu e o convento Crúzio.

Os conventos foram as grandes estruturas organizadoras do arrabalde, tendo a sua fundação gerado importantes aglomerações, dentro de novas circunscrições religiosas. O casario crescia de forma compacta em torno dessas igrejas paroquiais. Destes espaços abertos nasceu uma tipologia urbanística que vive ainda nos nossos dias: o terreiro e o adro sempre foram espaços ancestrais de encontro e troca na cidade medieval. Poder-se-á dizer que são um elemento espacial identificador da cultura cidadina. Os aglomerados populacionais reuniam-se à volta de uma paróquia como suporte institucional e espiritual da vida em comunidade. Actualmente, os largos fronteiros das igrejas ainda são palco de manifestações religiosas e culturais.

Dentro do sistema urbano, as Ordens religiosas dividiam-se e tinham funções bem específicas. A Ordem dos Agostinhos, implantada na parte alta da cidade, dava um apoio importante do poder real no processo da Reconquista e servia como referência dessa organização espacial. Posteriormente, deu-se a explosão urbanística fora das muralhas e o auge do processo de consolidação territorial, onde as ordens mendicantes – Dominicanos e Franciscanos – reforçariam o vigor e o entusiasmo burguês no desenvolvimento comercial das cidades. As ordens revelaram-se uma instituição que regravava toda a “política comunal das cidades” .¹⁷

Enquanto arrabalde, a zona da *Baixinha* era considerada um bairro fora de portas, pertencente ao subúrbio da povoação da cidade alta, fora dos limites administrativos,¹⁸ mas com forte vocação mercantil. Situado entre a calçada romana e o rio, a zona fixava todas as actividades relacionadas com o comércio. Os mercadores instalavam-se ao longo da via, fora do perímetro amuralhado, onde os produtos não estavam sujeitos a taxas e onde havia espaço mais amplo, mais barato e de maior acessibilidade. O percurso mais directo entre a ponte e a porta da cidade foi o ponto propício ao início do fluxo de actividade comercial, donde resultou a chamada Rua dos Francos.¹⁹ Era o local onde se cobravam os direitos de “portagem” , quando as mercadorias ficavam dentro da cidade, ou de “passagem” quando estas apenas transitavam dentro dela.²⁰ Daí resultar a conformação de um “Largo da Portagem” com continuação da rua a que, hoje, designamos de Ferreira Borges.

Durante toda a época medieval houve um progressivo desenvolvimento comercial da zona ribeirinha, potenciando a sua definição e consolidação urbana.



1. Planta reproduzindo a morfologia urbana do arrabalde de Coimbra do século XIII. A colina da cidade alta está representada só pelos limites físicos da muralha.
Fonte: Imagem trabalhada graficamente a partir de desenho de Maria Raquel de Brito e Penha in *Coimbra: caminhos de uma cidade. Evolução morfológica da cidade do Mondego*. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Setembro de 2005. p.37



2. Planta de Coimbra dos finais do século XVIII. Autor não identificado.

Fonte: "a Sofia. Primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa" , Walter Rossa in Monumentos. N.º25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006. p.16

Nova Centralidade.

No final do século XVI, o arrabalde apresentava uma estrutura bastante consolidada e o seu poder económico superava já o da Alta²¹, tornando-se num centro vital para a sobrevivência da cidade. Em relação à morfologia, foi a altura em que se finalizou a ligação entre os adros de Santa Justa, o largo de Sansão e a Praça do Comércio, formando-se um aglomerado contínuo. “A cidade afirmou urbanisticamente a sua determinação em se instalar na zona mais baixa e plana.”²² O território distinguia dois conjuntos urbanos que vieram evidenciar a polaridade entre a Alta e a Baixa. Os dois pólos tinham funções diferentes no panorama citadino e não entraram por isso em colapso, uma vez que se completavam nas necessidades funcionais da urbe. Na cidade Alta, intramuros, vivia o clero, os cónegos da Sé e outros beneficiários eclesiásticos, a nobrezalocal, os seus servidores e algum povo. Na cidade Baixa, habitavam o povo miúdo, os comerciantes, os artesãos e alguns mesteres.²³

Já no século XV, a praça do arrabalde tinha sido denominada pelo infante D. Pedro como a *Praça da Cidade*²⁴, expressão que denota claramente a importância crescente da cidade Baixa no contexto urbano.

O sistema já consolidado do arrabalde é composto sequencialmente pelo Largo da Portagem, Rua dos Francos, a Praça do Comércio e a Praça 8 de Maio. Todos estes elementos formalizam a estrutura principal da Baixinha e referenciam-na como espaço singular da urbe. O modelo de rua e praça, de cheios e vazios representa, assim a imagem da cidade medieval com estruturas agregadoras de lugar da vida comum e das actividades relacionais da sociedade. A condição central da praça funciona como “sala de estar” urbana de encontro e troca, pois faz confluir todos os percursos estreitos para um lugar amplo e espaçoso de desdensificação da malha construída e concentra programaticamente funções importantes no contexto urbano. Do latim “platea” significa *rua larga*²⁵, pelo qual as definições de *rua* e *praça* estão associadas, sendo praça uma consequência da rua que por sua vez significa “sulco (aberto na terra)”²⁶.

Era à volta da praça principal do arrabalde que se concentravam os principais serviços comerciais. Actualmente, com uma forma alongada,

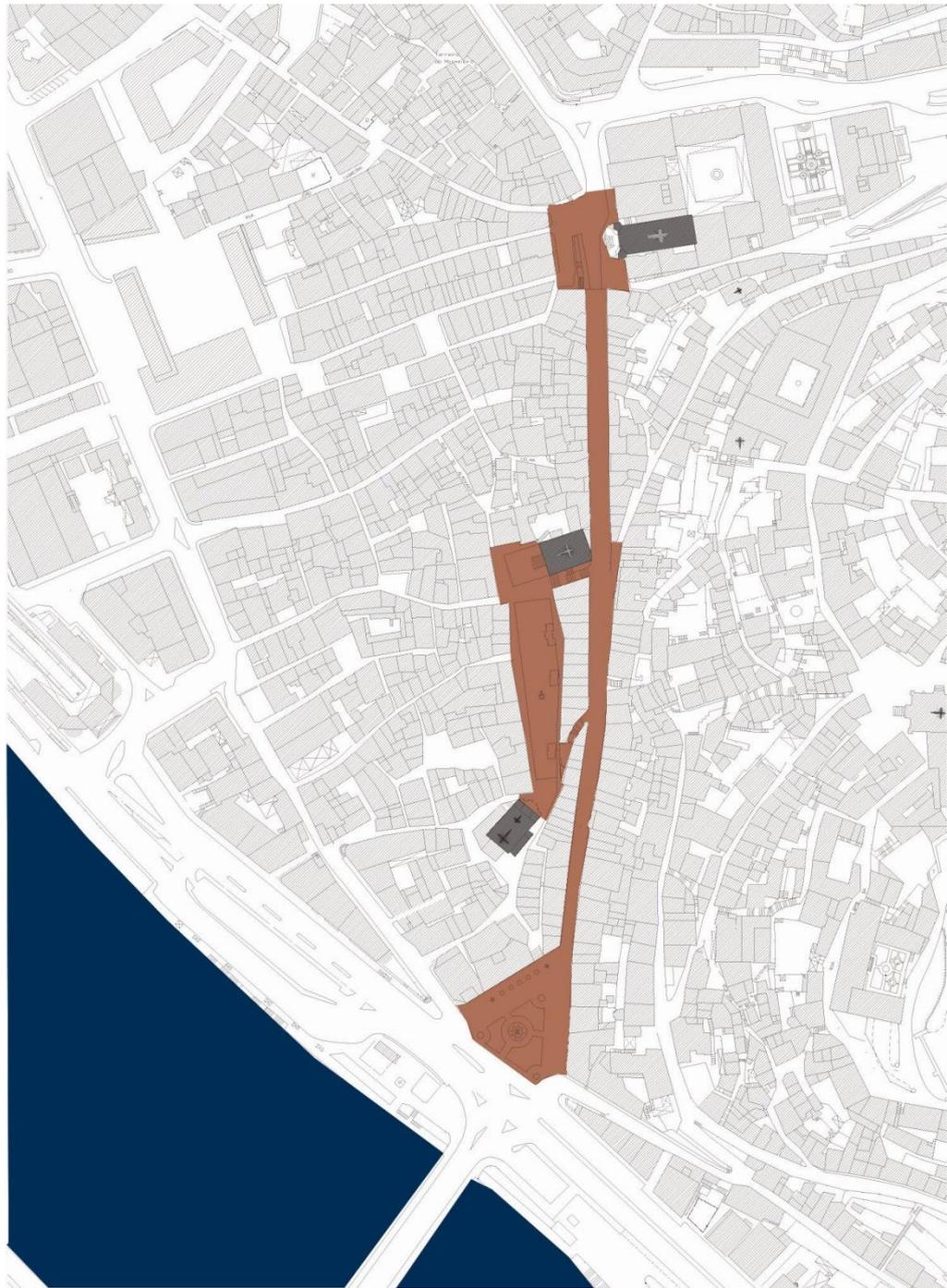
esta praça resultou da união das igrejas de S. Bartolomeu (o adro de trás) e de S. Tiago (o adro cemiterial fronteiro), da consolidação, em contínuo dos respectivos núcleos e da reconformação da estrutura viária Norte/Sul.²⁷ Localizada próximo da porta principal da cidade e em zona ribeirinha, a praça serviu as necessidades mercantis e agregadoras da dinâmica urbana da cidade medieval. Por ser uma área plana de fácil acesso e ponto de transição do rio para a cidade intramuros, rapidamente ganhou um estatuto central e identificador para a comunidade urbana. Logo se tornou a Praça da cidade e o valor da sua propriedade superava o das restantes zonas. São características evidenciadas pela altura dos edifícios que, era térrea na cidade em geral e atingia os três pisos neste local.²⁸

Inicialmente foi intitulada Praça de S. Bartolomeu como referência à igreja que a conformava. Mais tarde, passou a ser referido o seu papel de Praça do Comércio.

A transferência de poder e de funções da cidade Alta para a Baixa, mais especificamente para a Praça do Comércio, veio acentuar e potenciar a sua condição central no seio do restante tecido. O reconhecimento deste espaço como praça surgiu no século XV, quando foi transferido para o local o mercado que inicialmente se realizava na parte alta. Com melhores características espaciais e de acessibilidade para o efeito, a praça foi progressivamente palco de feiras, mercados e açougues da cidade. A acção de D. Manuel, no século XVI, instaurou um processo de reestruturação e consolidação na cidade de Coimbra. Os empreendimentos de renovação e requalificação urbana levaram a cabo o melhoramento dos pavimentos das ruas e a redefinição programática da praça, com a localização do pelourinho, da Casa da Câmara, do Hospital Real e da Misericórdia, na primeira acção global de modernização.

Neste mesmo século, o Mosteiro de Santa Cruz promoveu uma intervenção urbanística de grande importância, pela reconformação do seu espaço fronteiro, potenciando o desenvolvimento da interacção social de mais um espaço urbano. Foram instaladas fontes de abastecimento público de água e era o espaço preferencial para as actividades lúdicas. A denominação de Largo de Sansão viria a mudar

no século XIX, adaptando-se a designação de Praça 8 de Maio. A Rua Visconde da Luz, que estabelecia a sua ligação com os restantes espaços do sistema, ganhou gradual importância na vida urbana, instalando-se aí ourives e latoeiros. O sistema de largos, ruas e praças estava assim conformado e interligado no novo zoneamento urbano.



Estrutura urbana da Baixinha. Em sequência (de baixo para cima): o Largo da portagem; a rua Ferreira Borges e Visconde da Luz; a meio, a Praça do Comércio com as igrejas de S. Bartolomeu e S. Tiago; a Praça 8 de Maio como a igreja de Santa Cruz.



Fotografia aérea que mostra a estrutura morfológica da *Baixa* e a sequência dos elementos principais do sistema urbano: o Largo da Portagem, as Ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz a Praça 8 de Maio e, a meio, a Praça do Comércio.

Fonte: Filipe Jorge, 2003, in *Coimbra Vista do Céu* p.31



1



2



3

1. Praça 8 de Maio, anteriormente conhecido como Largo de Sansão. Fotografia de 1900 aquando de uma cheia do rio Mondego.
Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.29. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.

2. Largo da Portagem, século XIX.
Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.153. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.

3. Imagem que ilustra a Praça do Comércio como palco das festividades da cidade.
Fonte: Afonso F. Rasteiro, in *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.43.

Intervenções Urbanísticas.

Pelo progressivo assoreamento do rio Mondego, no período medieval, ocorre uma mudança gradual do aspecto físico e funcional, perdendo o espaço urbano o carácter ribeirinho.

Sob medidas higienistas introduzidas na cidade em pleno século XIX, constrói-se o Mercado D. Pedro V, terminando com o mercado original da Praça do Comércio. Ao longo do tempo, com constantes alterações funcionais e espaciais, a praça perde o seu carácter central, outrora vital para a dinâmica citadina. Neste contexto, surge a designação popular de Praça Velha.

Por outro lado, a introdução do transporte viário colectivo e privado potenciou a expansão urbana territorial e exigiu novas condições funcionais às estruturas da cidade. Como é mostrado pelas imagens, a Praça do Comércio acaba funcionando como local de estacionamento automóvel, alterando drasticamente a dinâmica social e mercantil daquele espaço “medieval” .

A mudança de atitude da estratégia urbanística recente proporcionou uma requalificação espacial das estruturas da cidade medieval, retirando completamente a circulação automóvel, refazendo o desenho do pavimento e encenando um novo espaço de protecção e conservação do património.

“(...) em defesa da sanidade, da circulação e da dignidade e sob a égide do progresso, a opinião pública conimbricense de final do século XIX e de início da centúria seguinte encarou a cidade, em particular a Baixa, como um espaço a reformar (...). Foi de arrasamentos que se falou durante setenta anos. Todas as propostas surgidas até aos anos de 1970 supõem amplas demolições e a construção de uma cidade nova (...)” ²⁹

A lógica de desenvolvimento espacial Sul/Norte, da Baixinha, desde o Largo da Portagem até à Praça 8 de Maio, foi totalmente esquecida nas propostas de intervenção urbanas do século XX. A circulação desenvolve-se segundo as vias originais geradoras do tecido medieval e as propostas de requalificação têm seguido sempre a intenção de rasgar e demolir o tecido num eixo perpendicular ao circuito actual. O estado de degradação e a insalubridade dos edifícios e dos quarteirões compactos de ruas estreitas geram uma vontade geral de rasgar o tecido medieval.

O século XX arrecadou muitas propostas urbanísticas de acção sobre o tecido medieval. Todas elas aspiram à demolição de uma parte da malha, para a substituir por um traçado “moderno” menos denso, mais axial e com fortes intenções de continuar a Avenida Sá da Bandeira até ao rio. A vontade de mudança morfológica do tecido medieval e substituição por modelos mais recentes da história urbana conduziu alguns estudos e experiências para encontrar uma maneira eficaz de actuação urbanística na cidade histórica. É uma discussão que perdura até hoje e que divide opiniões sobre a atitude correcta perante o objecto patrimonial. Uns defendem a razia total ou parcial, para assim resolver os problemas tipológicos e funcionais da malha anterior. Outros optam pela defesa do património, alterando o menos possível uma morfologia única e de referência em todo o território urbano.

Num desses estudos, o *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e Extensão de Coimbra*, Etiénne De Gröer deixou registada a sua visão sobre a Baixinha. “Era insalubre, mas de acentuada harmonia de estilo.”³⁰ A sua proposta baseia-se no zoneamento da antiga cidade baixa como centro comercial de Coimbra. Englobaria, assim, um bairro propício à instalação de bancos e do novo mercado central. Propõe a reabilitação de toda esta zona num grande centro comercial “a céu aberto” tendo como centro a Praça do Comércio. Refere a construção de um edifício central com lojas, administração e escritórios, promove parques de estacionamento automóvel em espaços vazios da morfologia medieval e pensa toda a zona como um conjunto especializado no comércio público urbano. Propõe, ainda, a demolição e continuação da Avenida Sá da Bandeira até ao rio, retirando para isso a Estação Nova de caminho-de-ferro.

Em seguimento desta proposta, iniciou-se o processo de demolições para proceder à abertura da *Avenida Nova*. Chegaram a ser demolidos alguns quarteirões do tecido, deixando nesse lugar um enorme buraco, pois o plano nunca chegou a ir para a frente. Daí resultou o “Bota-Abaixo”, um vazio que mais tarde foi ocupado com um parque de estacionamento automóvel.

Posteriormente, foram realizados mais quatro planos para a mesma zona com intenções semelhante. Em 1992, o arquitecto Fernando Távora

realiza um Estudo Urbanístico do eixo da Praça 8 de Maio com o rio. Chegou a ser remodelada a Praça 8 de Maio e o “Bota-Abaixo”, sendo neste construídos blocos de edifícios.

Entre os dois planos, verificam-se diferenças ao nível da linguagem tipológica e no desenho. Göer ao planear a Avenida de Santa Cruz rasga duas vias a partir da Praça 8 de Maio até uma avenida marginal. A tipologia adoptada como sequência dos edifícios medievais é a de edifício em quarteirão de quatro alturas. Já a proposta de Távora, opta por edifícios em bloco e de maior altura. A atitude projectual é assumidamente de imposição modernista, no entanto a ligação viária até ao rio é preciosamente pensada para não destruir formalmente a Praça 8 de Maio e demolir o menos possível.

A vontade de criar um outro circuito, orientado para o rio é, como já vimos uma intenção bem antiga que até hoje não foi concretizada.

Em 1994, “(...) o governo atribuiu a uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos a exploração do metropolitano ligeiro de superfície e, em 1996, é constituída a Metro Mondego, SA com missão de «implementar e desenvolver um sistema de Metropolitano Ligeiro de Superfície nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo».”³¹ A introdução do metro de superfície é uma oportunidade de dinamizar a Baixinha, através de uma maior acessibilidade e possibilidade de requalificação dos espaços de referência do tecido urbano medieval. Por outro lado, apoia e completa a intenção inicial, potenciando fisicamente o contacto com o rio e proporcionando um meio de revitalização espacial de suporte às relações urbanas, de encontro e dinamização.

A “condição central” está a ser, de alguma maneira, resgatada para o contexto urbano e apoiada na requalificação espacial e estrutural que actua como dinamizadora da urbe, concedendo um suporte mais apto para receber as necessidades urbanas contemporâneas.



1



2



3



4

1. Inicialmente, o centro do arrabalde foi denominado de Praça de S. Bartolomeu, virtude da existência de uma igreja com o mesmo nome. Posteriormente, passou a ser conhecida como Praça do Comércio e, com a abertura do Mercado D. Pedro V e transferência das actividades para o local, criou-se a designação popular de Praça Velha.

Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.148. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra. Original do Diário de Coimbra.

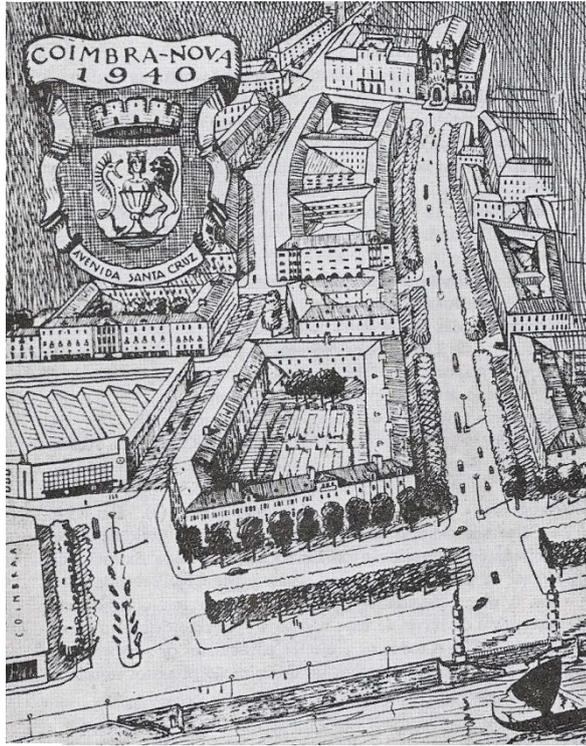
2. Fonte: José Rodrigues, in *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.149.

3. Na década de 70 do século XX, o aspecto geral da praça mudou, recebendo um novo pavimento. A praça transformou-se num grande parque de estacionamento, intensificando o tráfego automóvel daquela zona.

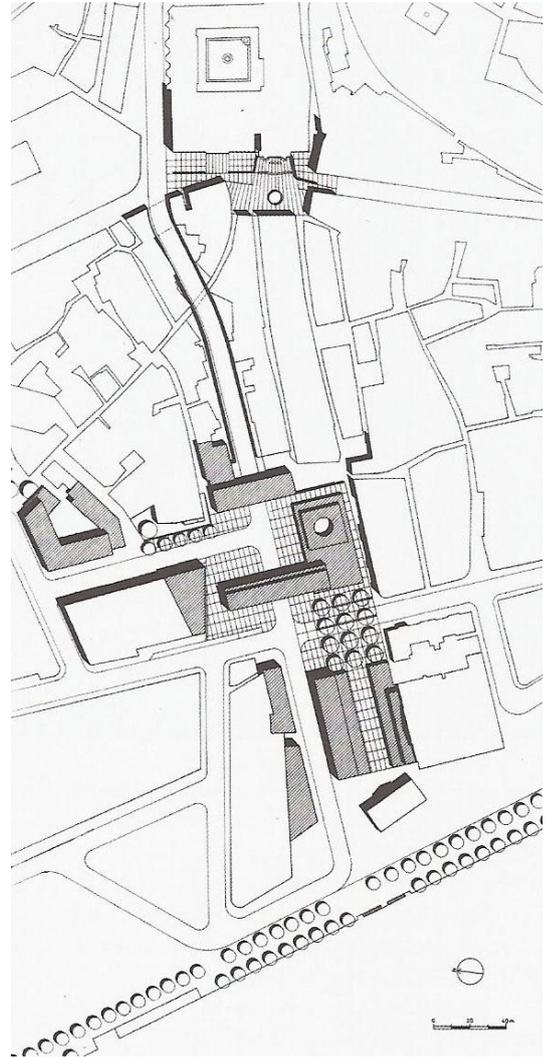
Fonte: Varela Pèrcuro, in *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.150.

4. Praça do Comércio actual, após a remodelação em 2002.

Fonte: BOOKPAPER – Publicidade e Artes Gráficas, Lda. in *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.151. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.



1



2

3

1. Antevisão da Avenida de Santa Cruz, construída à custa da demolição das construções localizadas entre as Ruas da Moeda e Bordalo Pinheiro, do desaparecimento de alguns largos medievais típicos e da destruição da Estação Nova de Caminhos-de-ferro.

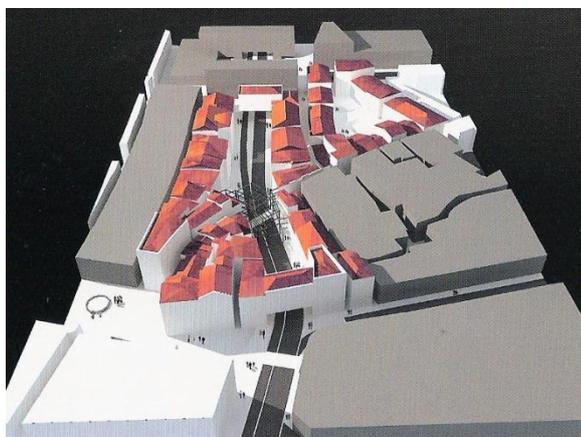
Fonte: *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra*. 1ª Parte. (Peças Escritas). De Groer, Étienne. Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948.

2. Zona do "Bota-Abaixo" , parte integrante do tecido medieval, transformado em parque de estacionamento automóvel.

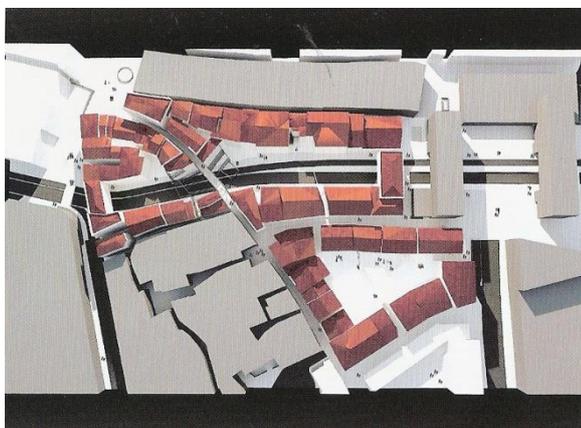
Fonte: Varela Pêrculo, in *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.166.

3 Estudo Urbanístico do Eixo da Praça 8 de Maio/rio do arquitecto Fernando Távora, de 1992.

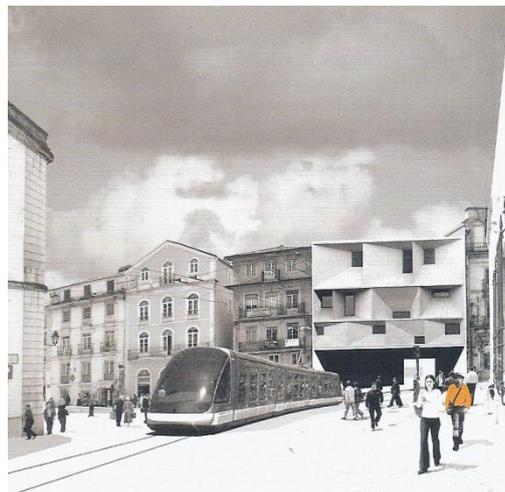
Fonte: "No Lugar da Avenida Central" in Monumentos. Nº25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006. p.139. Original de Fernando Távora, 1992.



1



2



1. *Projecto-Base do Documento Estratégico para a 1ª Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra*. Modelo 3D de perspectiva do conjunto.

Fonte: "No Lugar da Avenida Central" in *Monumentos*. Nº25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006. p.144. Original de Rui Passos Mealha e José Oliveira, 2006.

2. "Imagem Ideal" do ambiente urbano da Baixinha com a implementação do metro de superfície. Dinamização urbana do local.

Trabalho produzido a partir do Seminário Internacional de Desenho Urbano – Inserções, realizado no Departamento de Arquitectura da universidade de Coimbra.

Fonte: "No Lugar da Avenida Central" in *Monumentos*. Nº25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006. p.144. Original de Emilio Tuñon e Luís Mansilla. 2003.

2. Sá da Bandeira



O século XIX. Planeamento Oitocentista.

O século XIX é o momento em que a malha quinhentista rompe os seus tradicionais limites e se espalha por zonas antes desabitadas.³² O desenho envolvente da colina de Montarroyo vai permitir as expansões para norte e para nascente que, darão forma à cidade da primeira metade do século XX e marcarão o período Liberal, de abertura da cidade e dos cidadãos a novas concepções políticas, sociais e estruturais. É, também, a altura em que a *urbanística* surge como uma nova disciplina de planeamento e gestão das cidades sob as influências de Paris e da *École de Ponts et Chaussées* que se tornaram no grande centro de irradiação de novas técnicas de infraestruturização e de legislação de cariz progressista, expressa nas grandes obras públicas do Barão de Haussman.³³

Neste panorama, houve uma reestruturação do território português, sob novas doutrinas económicas e, por isso, foram executados *Planos Gerais de Melhoramento* a aplicar em diversos contextos urbanos. Foi uma legislação pioneira do Urbanismo Português, pois estabelecia uma visão global sobre o planeamento e a gestão das cidades.³⁴

Por outro lado, com a extinção das ordens religiosas em 1834, ficaram disponíveis grandes extensões de território, incluídas nas cercas conventuais, passíveis de serem urbanizados através de uma acção global de planeamento urbano. Foi uma altura marcante no planeamento das cidades portuguesas, pela oportunidade de actuar no território “virgem” e planear assim a forma e a imagem da futura cidade.

As políticas urbanas reflectiam as necessidades da nova classe burguesa, empenhada no empreendimento de infraestruturas e espaços de melhor qualidade, dignos das transformações da era industrial. Para isso, foi seguida uma doutrina de novos valores higienistas que, no seio do planeamento urbano, originaram traçados mais amplos e regulares, para a introdução de redes de abastecimento de água, saneamento e iluminação pública e infraestruturas viárias que suportassem o novo meio de transporte rodoviário. Com estas medidas tentava-se combater

o estado degradado e insalubre do tecido medieval de ruas estreitas, tortuosas e pouco arejadas, onde proliferavam sujidade e doenças impróprias para um ambiente urbano oitocentista. As ruas amplas eram consideradas essenciais para a salubridade urbana.

O aumento da população apressou todo o processo de expansão urbana, e exigiu a criação de mais habitação, acessível também às classes com menos poder de aquisição. “A construção de bairros a baixo custo entra em confronto directo com os interesses dos promotores imobiliários que procuram aumentar a renda fundiária através da valorização dos solos. A expansão da cidade resulta, assim, deste processo dialéctico: por um lado tem que respeitar a liberdade individual de construir, assumida como direito inviolável e imprescritível, por outro, deve promover, através do planeamento, instrumento de regulação, a defesa do bem comum.”³⁵

O novo planeamento encarava a cidade como lugar expectante e imprevisível, e onde o traçado da infraestrutura suportava a liberalização das arquitecturas, sem impor limites de tempo ao seu desenvolvimento. Conjugava, então, os vários interesses: a iniciativa pública lançava as infraestruturas e todo o plano de regulamentação, parcelava o terreno para depois a iniciativa privada, investir e fazer render o seu lote, segundo o regulamento imposto. O plano urbanístico iria estabelecer a obrigatoriedade de construção ao longo dos novos eixos urbanos, definindo os traçados, as parcelas, as transições, os remates dos quarteirões e as alturas dos edifícios construídos. Segundo esta lógica, o traçado e a edificação tornam-se independentes, sem no entanto colidirem sob o conjunto final. A morfologia resultante estaria desta maneira controlada, agindo para uma transformação estética e funcional da cidade.

Foi neste panorama que nasceu o novo Bairro de Santa Cruz, numa operação de estruturação, expansão e urbanização do território da Quinta de Santa Cruz, resultando a fixação de um novo modelo urbano na cidade de Coimbra: a *Avenida*.

Processo de expansão urbana.

O urbanismo de Coimbra do século XIX reflectiu as necessidades de crescimento urbano e incorporou os efeitos das novas infra-estruturas urbanas numa outra concepção de espaço. O desenvolvimento tecnológico potenciou uma nova forma urbana, com a introdução de novas acepções de circulação e com a implantação dos transportes públicos, de saneamento básico e conseqüente melhoria do ambiente urbano.

O caminho-de-ferro chega a Coimbra em 1864, trazendo as ideias e as ferramenta da Revolução Industrial e, por isso, potenciando uma mudança acentuada das novas formas de habitar o espaço. Em 1885, foi construído um ramal de ligação até ao centro da cidade despoletando a construção de novos equipamentos que marcaram a imagem oitocentista de Coimbra. São eles a Estação Nova, a Avenida da Estação e o parque ribeirinho Manuel de Braga. A eles se junta a *Avenida Sá da Bandeira*, como modelo de ensanche da cidade aos novos bairros da cidade extra-muros.

Foi implantada na antiga cerca do convento de Santa Cruz, local onde anteriormente habitava toda a comunidade mendicante e existia um jardim frondoso de vegetação luxuriante. Numa descrição mais empolgada diz-se que

" (...) a Quinta de Santa Cruz era uma vivenda magnífica. Tinha largas e longas ruas, as vastas escadarias, os elevados pórticos, as altas e graciosas cascatas, as fontes de forma elegante, o lago enorme cercado d'uma formosa muralha de cedros, artisticamente dispostos, gigantescas árvores, copado arvoredo e exóticas plantas." ³⁶

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o Estado consegue incorporar no património, e futuramente no espaço urbano, todo o terreno envolto da antiga cerca conventual. Em 1882, a Câmara assume o encargo de conquistar novos terrenos para urbanizar e propõe-se abrir uma ligação de comunicação fácil para o trânsito de carruagens, entre os dos bairros da cidade: o bairro *Alto* e o *Baixo* e construir um moderno matadouro, a juntar ao mercado municipal e casas baratas.³⁷

Em 1885, surge o *Plano de Urbanização da Quinta de Santa Cruz*, da responsabilidade do engenheiro Adolfo Loureiro que deixa registado em acta as suas intenções para a futura urbanização:

“(...) partirá do mercado de D. Pedro V uma grande avenida de 50 metros de largo com inclinação de 6% a qual vai terminar numa grande praça à entrada do passeio, no jogo da bola da mesma quinta: e que desta praça partirão simetricamente duas avenidas para Celas e para Sant`Ana e outras duas perpendicularmente a um dos lados da praça em direcção aos arcos de S. Sebastião (...)”³⁸.

O processo de construção e edificação do Bairro de Santa Cruz foi bastante moroso e a vários tempos. Primeiro iniciou-se o loteamento do terreno e, em 1887, avançou-se com a construção de novos arruamentos e introdução das infraestruturas, para depois poder surgir o edificado confiado ao poder do regulamento do plano e dos investimentos particulares.

Em 1888, o alargamento da Rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes, localizada no extremo poente da *Avenida Sá da Bandeira*, melhorou consideravelmente o acesso ao Mercado D. Pedro V e, de certo modo, deu alguma continuidade ao novo eixo de atravessamento da urbe, prolongando-o até à rua da Sofia.³⁹

A vertente norte do Vale da Ribela foi intensamente urbanizada. O Bairro de Montarroio, onde se efectuou o alargamento e a regularização das ruas existentes, aumentou significativamente a sua concentração urbana e o crescimento do bairro dos Montes Claros foi impulsionado pela abertura de dois eixos viários: a Avenida Lourenço de Almeida Azevedo, iniciada em 1893, ligando a Praça D. Luís à zona de Celas e a Rua Tenente Valadim, traçada entre 1894 e 1903, unindo a Praça D. Luís a Montes Claros.

Estas novas vias eram apoiadas por transportes públicos que garantiam a circulação no interior do centro urbano. Deste modo a cidade de Coimbra, que no início do século XIX se confinava às áreas da *Alta*, *Baixa* e alguns focos periféricos, sofreu uma enorme expansão urbana, verificando-se a proliferação de novos bairros em torno do núcleo central.

O projecto compreendeu um traçado regular da malha e das infraestruturas, donde resultavam quarteirões que perfaziam as frentes da Avenida. Esses quarteirões eram organizados em lotes para venda a particulares e os terrenos sobrantes, divididos em três classes com

custos diferenciados, de acordo com a sua localização. A grelha ortogonal aplicada no loteamento foi cumprida na zona mais a Sul mas, do lado oposto, adaptou-se às curvas de nível da encosta da colina de Montarroio e Montes Claros.⁴⁰ A topografia acidentada do território condicionou, quase sempre, a implementação de modelos de malha ortogonal, surgindo um desenho de carácter mais orgânico, evidenciando a imagem das colinas que compõe a paisagem urbana de Coimbra.

A *Avenida*, propriamente dita, por dificuldades técnicas, não se havia realizado, pois o terreno era demasiado pantanoso, visto ter existido neste vale uma corrente de água. Em 1906, o conjunto acaba por se cumprir de acordo com o desenho de António Heitor, condutor de obras públicas. Aproveitando a primeira rua existente, que tinha 11 metros de largura e 4 de passeio até à linha dos prédios, fez-se o *boulevard* ajardinado de 32 metros de largo, com uma nova rua de 11 metros paralela à primeira e um passeio de 4, ficando assim a avenida que se projecta com 62 metros de largura por 378 metros de extensão desde o largo da Fonte Nova até à Praça de D. Luíz.⁴¹ O uso público da via central da avenida é reforçado a partir de 1928 com o traçado do jardim. Os ideais oitocentistas de modernização da imagem da cidade promovem novos quotidianos da vida social e em comunidade. A *Avenida*, para além da sua função pragmática de ligação e circulação, oferece aos habitantes o espaço social onde possam passear, conviver e participar da vida pública sob novos padrões de sociabilidade e de representação, em torno das *boulevards* e dos elementos verdes do parque e jardins.



1

1. Área central da cidade nos anos 30.
 Fonte: *Coimbra Vista do Céu*. Argumento. Dezembro de 2003. p.39. Original do Arquivo FAP.

2. Estrutura urbana da Avenida Sá da Bandeira, começando (em baixo) pelo Mercado Municipal D. Pedro V, seguindo pela avenida propriamente dita até à Praça da República e terminando com um parque urbano, antigo jardim do Mosteiro de Santa Cruz.
 Fonte: Desenho da autora realizado a partir da cartografia digital actual da cidade de Coimbra.

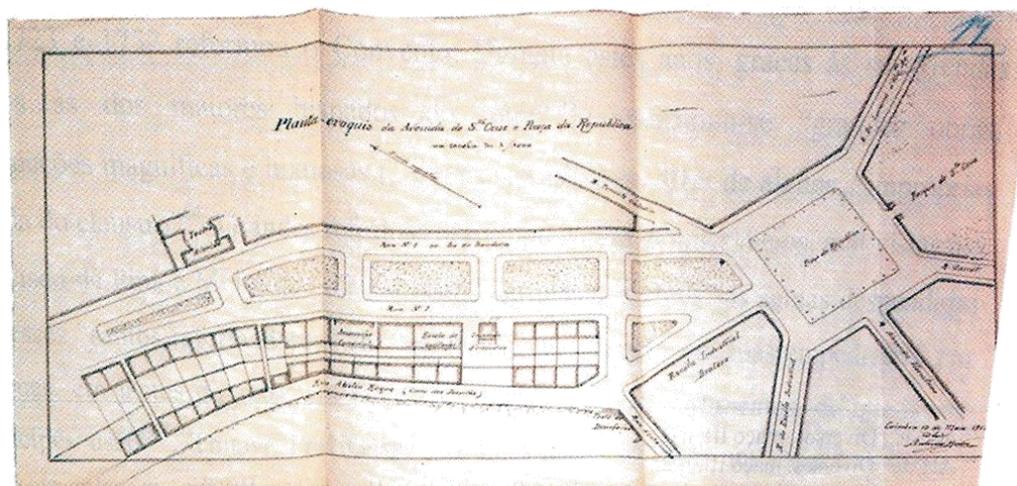
3. Eléctrico na Sá da Bandeira em 1979.
 Fonte: Imagem editada por Olle S. Nevenius. Coimbra 1979.



3

2





1

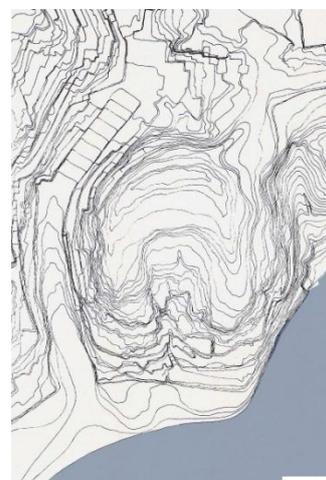
1. Plantas dos terrenos vendidos para as edificações, segundo deliberação da Câmara em sessão de 30/06/1893.

Planta – Croquis da avenida de Santa Cruz e Praça da República. 1912. Escala real 1:1000. Autoria de António Heitor.

Fonte: ARAÚJO, Yann Loic Macedo. *A Quinta de Santa Cruz. (Contributo Para o Estudo da sua História Contemporânea)*. Fundação Passos Canavarro. 2002. Original existente no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, Diversos, maço III, nº2.

2. Topografia da zona de implantação da Cidade Alta de Coimbra e do Vale da Ribela, local onde se construiu a Avenida Sá da Bandeira.

Fonte: Desenho da Arquitecta Paula Petiz. "A cidade Romana em Portugal. Renovação Urbana em Portugal na Época Romana", Jorge Alarcão. 1987 in *Cidades e História*. p.73.



2

Nova tipologia. Centro Linear.

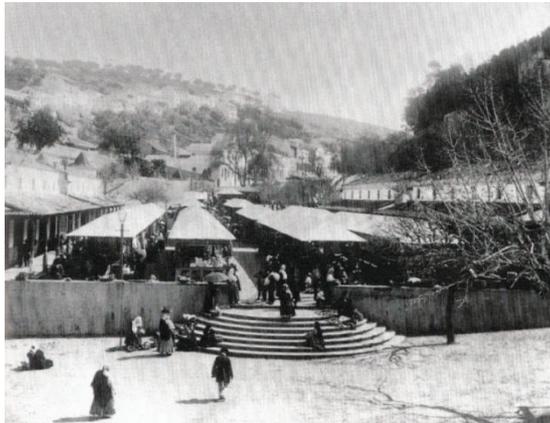
O “Embelezamento” oitocentista surgiu como um ideal de renovação e de requalificação urbanas com objetivos funcionais e utilitários, mas que era igualmente investido de motivações estéticas e simbólicas. A juntar à *Alta* e à *Baixa* surge, assim, uma outra centralidade no tecido urbano de Coimbra.

Programaticamente, a avenida oitocentista é fornecida com novos padrões de habitação e equipamentos públicos que tornaram a cidade num local mais aprazível e investida de novos símbolos urbanos. Aí se implantaram os grandes equipamentos urbanos do final do século XIX e do início do século XX, sobressaindo o empenho e o investimento público em vários projectos que tinham a ambição de transformar radicalmente a face da cidade. É o caso das aberturas de ruas mais largas e de traçados mais regulares; da introdução do modelo *boulevard* com o passeio verde central; dos parques urbanos, como foi o caso do Jardim da Sereia de remate à *Avenida*, a instalação do Mercado Municipal D. Pedro V, em 1867, do novo Matadouro e dos Bombeiros Municipais. Outros programas participaram da primeira fase de vida da *Avenida*, como é o caso da Escola Central de Ensino Primário, em 1905 e o edifício do Teatro-Circo, de 1892. Este último, era um programa de carácter lúdico e cultural que, na década de 80 do século seguinte, é destruído e o teatro passa a ser integrado no Centro Comercial Avenida. Na década de 60 constrói-se, junto à Praça da República, mais um teatro sob a designação de Teatro Académico de Gil Vicente e o edifício sede da Associação Académica de Coimbra, como programa da universidade, mas também como dinamizador do ambiente urbano da *Avenida* e potenciando um eixo de salas de espectáculo e cinema.

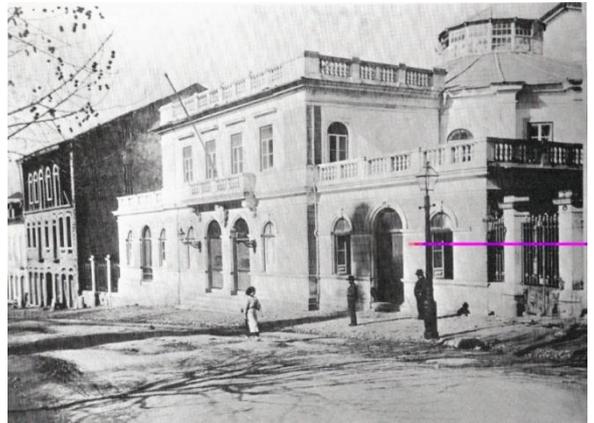
Relativamente à habitação, o bairro vê surgir uma nova tipologia burguesa, com o prédio de aluguer composto por rés-do-chão e um ou dois pisos.⁴² O conforto doméstico proporcionado pela energia e água canalizada reflectiu, também, as inovações tecnológicas e contribuiu para uma nova forma de habitar o espaço urbano oitocentista.

Este novo “centro” do Bairro de Santa Cruz introduziu uma nova relação tipo-morfológica no espaço urbano, gerando novos espaços de sociabilidade. A disposição ordeira dos prédios junto à orla da rua é uma condição formal que deixa as referências medievais dos espaços concêntricos de reunião, para se tornar num canal de circulação e ligação aos restantes tecidos citadinos. Formalmente, a Avenida Sá da Bandeira apresenta uma condição de “centro linear” no desenho da urbe.

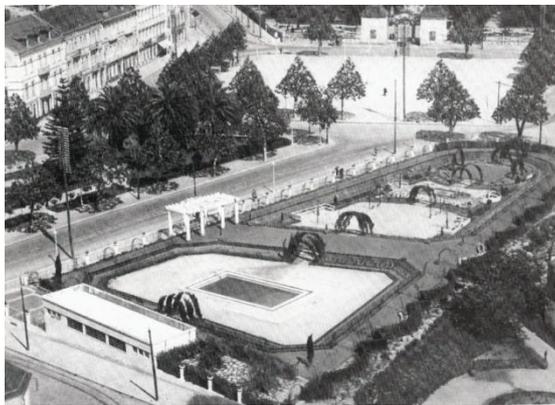
O cenário oitocentista conferiu elementos urbanos de identificação a novas concepções sociais, económicas, políticas e urbanas sobre a condição central do tecido urbano. O modelo infraestrutural da *Avenida* agregou novos programas, conferiu maior conforto e salubridade ao ambiente urbano e deu grande valor às estruturas verdes dos parques e jardins. O novo centro linear do final do século XIX e inícios do século XX, da cidade de Coimbra, reagiu criticamente às anteriores concepções espaciais e desenvolveu novas relações da cidade com os cidadãos.



1



2



3



4

1. Primeiras instalações do Mercado D. Pedro V, de 1867.

Fonte: *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.125. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.

2. Edifício do Teatro-Circo, de 1892.

Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.122. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.

3. Jardim fundado por Bissaya-Barreto, no local do Teatro Académico Gil Vicente.

Fonte: Alberto da Silva Fonseca, in *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.116.

4. Avenida Sá da Bandeira, em 1948, aquando da cheia que invadiu as duas margens do Mondego.

Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.31. Original existente na colecção particular de Dr. Mário Nunes.



Praça D. Luís, no final do século XIX.

Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.29. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.

Fotografia aérea da Avenida da Sá da Bandeira actual.

Fonte: Filipe Jorge, 2003, in *Coimbra Vista do Céu*. p.34



3. Celas



Pergunto-me: “O que é Celas?” . Pergunto-me porque é difícil encontrar e definir esta “cidade” . Ela existe e sei que está cá e, como pessoa que circula por todas as “cidades” , consigo descobrir, no meu esquema mental, este lugar. É um destino escolhido de tempos a tempos. Simplesmente, às vezes, vou lá e não por motivos de alojamento, de emprego ou saúde. É por outro, pelo qual as pessoas habitam várias “cidades” e não, somente, uma.

Celas é actualmente uma zona “característica” da urbe. Algo a identifica. Os edifícios, a morfologia do conjunto, o sistema urbano, as tipologias, a cor, o cheiro ou um programa específico daquele bairro.

Este sistema urbanístico surgiu na Idade Média, partindo da fixação de uma congregação religiosa e conseqüente desenvolvimento do seu cerco. Só na Idade Contemporânea é que o burgo é alcançado pela dinâmica de crescimento urbano da cidade.⁴³

Teve início no século XIII, altura em que decorria também o processo de formação do arrabalde. É um núcleo contemporâneo da cidade principal que, depois de vingar alguma concentração habitacional, funcionou como um burgo que gravitava em torno de um núcleo maior. Na altura, o centro era aquele que detinha o monopólio do comércio e do poder político. No entanto e juntamente com Santo António dos Olivais, criaram-se como que cidades à parte. O suporte institucional era dado pelo Mosteiro fundador do burgo. A importância das ordens religiosas era grande, uma vez que “comandavam” a comunidade que agregava, orientavam funções, mantinham acções de manutenção e controlo do território e funcionavam como elemento agregador material e espiritual. Mantinham a comunidade unida, ajudando-a em tempos de crise e colaborando no sistema do quotidiano. Ou seja, institucionalizava a polis: “o espaço em que o homem impõe a ordem aos seus semelhantes, para eles aí construïrem as sua moradas, executarem o seu trabalho e desenvolverem a sua capacidade associativa, (...)” .⁴⁴

Acompanhando o desenvolvimento natural de uma cidade portuguesa, o choque morfológico e espacial foi inevitável. O burgo que pontuou o território, também direccionou e controlou a expansão do território citadino. Por necessidades várias, os limites dos vários burgos

vão-se dilatando, formando-se uma linha inconstante e quase imprevisível no contexto da história da cidade. Seja por motivos de guerra, de peste, crescimento económico ou outros, o conjunto morfológico vai reflectir as alterações de outros domínios. No caso de Coimbra, as dinâmicas políticas, económicas e culturais vigentes no século XIX, fizeram despoletar a abertura de novos eixos de expansão orientando a nova construção habitacional.

Celas perdeu a lógica formal que deu origem à sua conformação enquanto burgo que existia à volta de um Mosteiro. No processo de ocupação progressiva da encosta de Montarroio e Montes Claros e de lançamento de arruamentos que ligavam o núcleo fundador ao restante território em construção, *Celas* foi atingida com a alteração completa da morfologia existente e incorporada fisicamente no tecido urbano.

Morfologicamente, promove-se um caso complexo. Cria-se como que uma “cidade” sem modelo reconhecível, ou seja, de difícil definição formal e sem a memória histórica de um tecido com os mesmos anos de vida que a Baixinha. É um caso específico e pontual do vocabulário urbano.

O Burgo na sombra do Mosteiro.⁴⁵

O Mosteiro de Santa Maria de *Celas* é fundado por D. Sancha, filha legítima de D. Sancho I de cognome de Povoador, em data anterior a 1213. O local chamava-se *Vimarannes*. A princípio o mosteiro denominou-se Santa Maria de *Celas* de *Vimarannes*, da Ordem de S. Bernardo, mas veio a prevalecer a designação de *Celas* que se estendeu ao próprio burgo. *Celas* é um nome vindo das tipologias dos dormitórios do convento.⁴⁶

A importância do Mosteiro foi notória para a formação deste aglomerado. Com hábitos quotidianos característicos, esta comunidade adquiriu uma identidade característica, presente na organização da comunidade e do espaço por ela habitado.

Todo o burgo, com seus quintais, estava perfeitamente delimitado por 25 marcos com a inscrição epigráfica «CELAS» e ainda por um muro.⁴⁷ Todo o domínio do Mosteiro de *Celas* confrontava com terras

de instituições religiosas, o que comprova o poder institucional das ordens que ocupavam e regravam grande parte do território.

No século XVI, houve grande desenvolvimento do burgo. A população residente participava nas construções dos colégios universitários que cresciam na cidade consolidada, fornecendo mão-de-obra para os trabalhos.⁴⁸ Contribuíam, desta forma, para o crescimento urbano, mostrando a gradual importância dos burgos envolventes para o desenvolvimento do núcleo principal. No final do século, a zona crescera e redefinira-se e a sua população duplicou. Em finais do século seguinte, o Mosteiro recolhia 120 freiras e aproximadamente o mesmo número de *encostadas*, mulheres que viviam como ajudantes da comunidade.

O Burgo de Celas ficava todo dentro dos limites do Mosteiro e era habitado, em 1740, por 53 famílias, perfazendo uma população que ultrapassava os 200 habitantes que residiam em 63 casas de sobrado e 36 casas térreas com suas alfaias e seus animais domésticos, mediante o pagamento ao Mosteiro em bens e géneros.⁴⁹

O aglomerado de *Celas* estava, assim, perfeitamente assinalado e englobado na extensão da cerca do Mosteiro. Actualmente, ocorre uma situação contrária, pela falta de limites morfológicos, não se reconhecendo mais a forma do seu tecido.

Em 1889, a sua integração no território citadino carecia apenas da construção de uma estrada ligando-a à Praça da República. Assim que ela fosse aberta, ficaria bordada de edificações. É o exemplo de uma expansão acumulativa em que, após traçado um eixo, em forma de arruamento, logo nascem edifícios a conformá-lo. Uma casa a seguir à outra, parcela por parcela, marcando o território não construindo e relacionando-se com o preexistente respeitando ou contrariando a lógica estabelecida. Foi o processo de junção do burgo com a cidade, iniciado com o plano da Avenida Sá da Bandeira de que falei no capítulo anterior. Esta acção direccionou e regrou o crescimento da edificação, até chegar ao aglomerado de *Celas*, zona sem planeamento aparente e com uma preexistência assumida.

O que é Celas? Dificuldade na delimitação de um centro.

Celas teve, assim, uma grande alteração morfológica desde o século XIX. Houve o “choque de núcleos” , como de partículas se tratasse. Através da mescla e mestiçagem a cidade expande e recria-se com características algo dispersas. A junção gerou um choque morfológico no desenho e funcionamento do primitivo burgo.

Foi um período de grande dinamismo económico pelo crescimento urbano e o alargamento da rede de transportes públicos. O incremento da viação eléctrica proporcionou o alastramento do povoado, chegando em 1932 a linha de eléctrico à Cruz de Celas. O alargamento do perímetro da cidade estava fortemente condicionado pela rede de transportes públicos.⁵⁰ Deu-se, assim, a introdução de mais um elemento para o sistema urbano da cidade de Coimbra. O planeamento urbano era mais exigente e, a comunicação viária começava a fazer toda a diferença no pensamento da urbanística. No início do século XX, foram criadas inúmeras ruas de ligação a bairros que antes eram periféricos e que agora são parte integrante da cidade.

A lógica da expansão fazia partir do núcleo medieval várias “rectas” de ligação a núcleos autónomos. No caso de *Celas*, essa “recta” penetrou-a alterando por completo a morfologia inicial. Por isso, falo desse choque que agitou o processo natural de formação do povoamento até então.

Nos anos 40 do século XX, Celas era descrito como um bairro residencial periférico, na extensão Nordeste da cidade. Era “um conjunto de casas antigas a rodear o convento, formando um lugar urbano pitoresco” .⁵¹ A sua ocupação acentuou-se nos anos 30, quando a ruralidade da zona Norte da cumeada se alterava significativamente, graças ao elevado ritmo de construção nas décadas de 40 e 50.

De 1945 a 1947, decorreram os trabalhos de um bairro habitacional para desalojados da alta. Um bairro de cem casas, de planta circular situado entre o Burgo de Celas e a Quinta de Sete Fontes.⁵² É formado por moradias térreas geminadas com pequenos logradouros ajardinados. A configuração geométrica da planta apresenta uma sequência de 4 ruas que descrevem um círculo, do qual partem 5 troços

de outros arruamentos que seguem em direcção ao centro: o Largo de S. João.

A disparidade de modelos começa a reflectir-se com este caso. É um bairro de tipologia previamente estabelecida por um plano desenhado, coeso, mas sem relação com o envolvente. Ou seja, foi um plano-objecto inserido numa zona isolada, mas que actualmente funciona para as restantes formas como mais uma adição. É um elemento destacado da restante morfologia. "Assim observada na totalidade, esta área de Celas revela um conjunto desagregado de diferentes lógicas de ocupação, peças sobrantes de diversos *puzzles*, que não encaixam entre si. De entre todas elas destaca-se, sem dúvida, pelo capricho formal, circunscrito e concêntrico, o pequeno bairro construído nos anos 40 para moradia dos desalojados das demolições da Alta." ⁵³

Programaticamente, a zona comportou desde funções agrícolas, conventuais e de habitação até, mais recentemente, núcleos funcionais de saúde e comércio.

Extintas as congregações religiosas, em 1834, foi consentido às freiras que continuassem no Mosteiro até à sua morte. Em 1932, o convento foi adaptado a sanatório de mulheres e em 1977, começa a funcionar, o Hospital Pediátrico de Coimbra. Nas proximidades deste, constrói-se o novo edifício para albergar o complexo hospitalar anteriormente instalado no Colégio das Artes da Alta de Coimbra.⁵⁴ Com a mudança, ocorrida em 1987, estavam criadas as condições para crescer aí um forte núcleo temático da saúde. Todos os programas seguintes seguiram a lógica empresarial da nova instituição aí estabelecida. O impacto estrutural no espaço físico e funcional da zona contribui para a sua fragmentação e dispersão. O hospital atraiu imensas actividades relacionadas com a saúde que, de alguma maneira, monopolizaram as oportunidades programáticas da área.

Em 1971, a abertura da Avenida Calouste Gulbenkian, veio ligar o centro original do burgo às construções cada vez mais densas de Montes Claros, consolidou-se um forte eixo comercial e viário. Ainda sem a existência do hospital, preparava-se a lógica de uma avenida que iria albergar um bloco comercial, de um lado e bandas de habitação, do outro e qualificar a zona para a fixação e concentração de mais

habitação. Segundo uma avenida, reuniam-se as condições para a criação de um bairro agregado e estruturador das posteriores construções. Criou-se, portanto, uma forma e uma tipologia para que a *Celas* atribuamos uma valência mais social e comercial mas que, para o conjunto, não passa de mais um pedaço desconexo e “mal encaixado” .

Duas escolas juntaram-se ao sistema para completar as necessidades funcionais da zona e mais blocos de habitação se aglomeraram em quarteirões de forma irregular.

Celas tornou-se no pólo universitário das ciências e da saúde da cidade, num conjunto desagregado de confrontação de escalas, de épocas e de funções. Identidade? Talvez essa.

Apesar da dificuldade de caracterização, esta é uma zona que forma um núcleo forte, contribuindo com um papel único para a urbe.



Planta reproduzindo a morfologia urbana do arrabalde de Coimbra do século XIII e mostrando a relação entre o tecido consolidado da cidade de Coimbra e os burgos de Celas e Santo António dos Olivais.

Fonte: Imagem trabalhada graficamente a partir do desenho de Maria Raquel de Brito e Penha in *Coimbra: caminhos de uma cidade. Evolução morfológica da cidade do Mondego*. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Setembro de 2005. p.37.

Fotografia aérea, mostrando a colina de Celas, Montarroio e Montes Claros. A sua ocupação retracts a expansão territorial de Coimbra, ao longo dos tempos, indo ao encontro do velho burgo de Celas.

Fonte: Filipe Jorge, 2003, in *Coimbra Vista do Céu*. p.57.



Morfologia do espaço urbano. Resultado de um crescimento espontâneo.

“A forma orgânica caracteriza-se pelos seus traçados irregulares e por um processo lento de crescimento, que ia correndo à medida das necessidades. Mesmo quando revela uma ordem, não se sabe em muitos casos que tenha obedecido a um plano de conjunto. As construções sucediam-se ao longo de ruas que se iam rasgando. (...)

A disposição marginal da edificação vai alterando a tipologia com as novidades de tecnologia da construção, a adopção de sucessivos preceitos de higiene e, obviamente, com a mudança dos hábitos de vida e das condições de promoção” .⁵⁵

O resultado morfológico deste processo de consolidação urbana deixa algumas marcas identificáveis no actual tecido.

Cada um dos elementos urbanos – espaços públicos, vias de circulação viária e edifícios – adquirem no conjunto formas e dimensões bastante distintas, arrastando alterações morfológicas constantes. Os espaços de circulação podem assumir diferentes caracteres: Rua, avenida ou via rápida, No traçado podem surgir, em determinados pontos, rotundas, largos ou mesmo praças, não existindo qualquer elemento padrão capaz de identificar a estrutura global do sistema urbano.

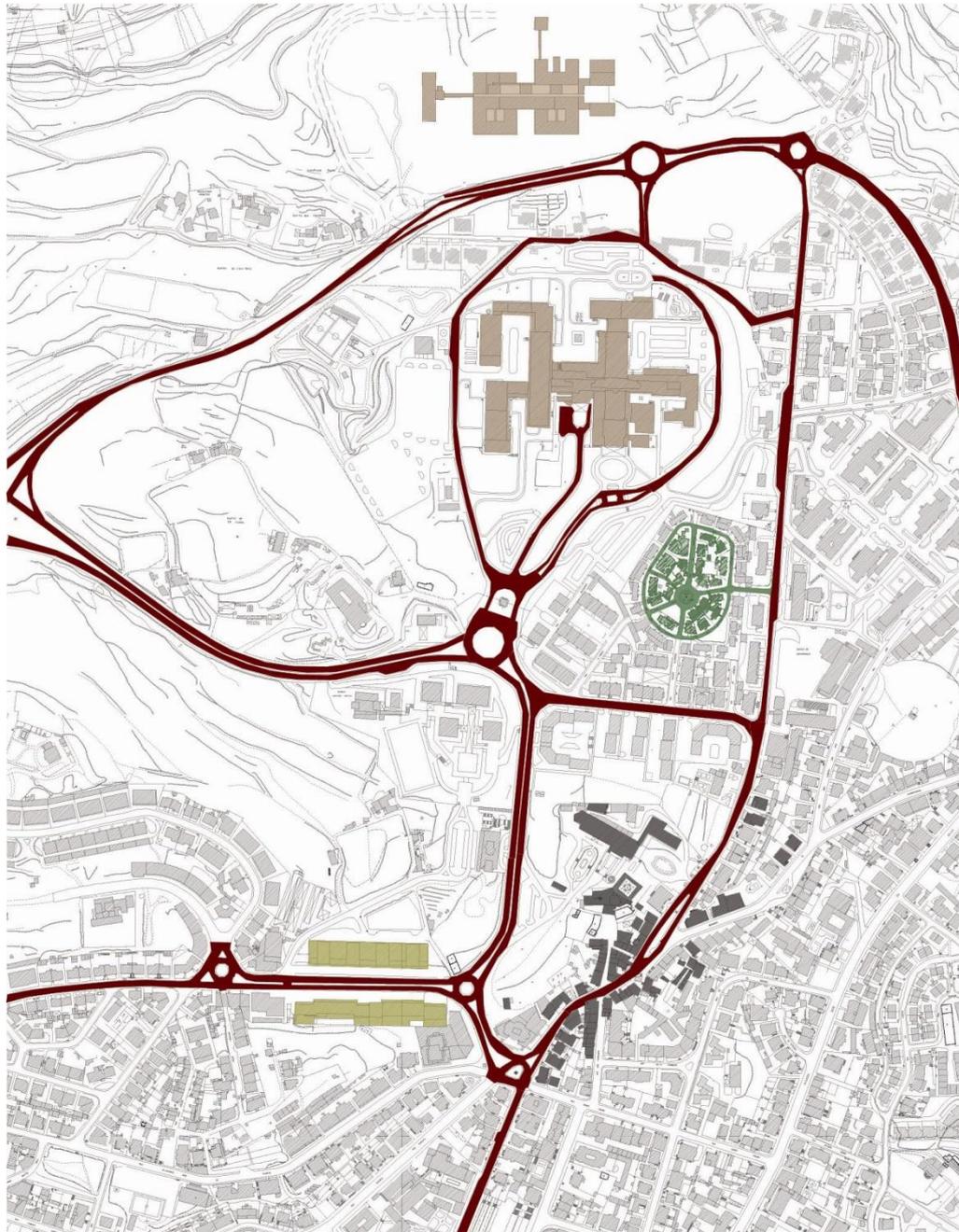
Nos espaços públicos, os passeios são descontínuos e os espaços residuais resultam de junções mal feitas ou mal planeadas. Os espaços são sobrantes, em aterro ou logradouro, sem programa próprio, como consequência de construções e arruamentos desmedidos. A malha, completamente irregular e interrompida ou sem continuação, define-se por parcelas-quarteirões disformes que surgem com as deformações e alterações impostas por objectivos que em nada se relacionam com o existente. Os edifícios ou são dispostos em banda ao longo de ruas de traçado irregular, ou assumem-se em blocos duros e que em nada se relacionam com a lógica adjacente.

As vias de circulação automóvel acabam sendo o elemento de ancoragem de todos os modelos e objectos soltos do sistema. Desde o aparecimento do automóvel individual que as lógicas urbanísticas se

alteraram, perseguindo as exigências mais imediatas da cidade moderna. Da observação da planta actual é visível a predominância formal do sistema viário sob o conjunto.

Em resultado, *Celas* é identificada pela fragmentação, dispersão e adição de várias lógicas urbanísticas, mas potencializada programaticamente num pólo gerador de uma futura identidade morfológica. A falta de um modelo reconhecível e padronizado, com elementos chaves para a identificação material do espaço, não permite o reconhecimento da zona como global e única. No geral, a memória urbana é construída em pequenos excertos do território de *Celas*. Não existe um centro, existem vários. Não existe uma identidade, existem várias.

Se o *centro de identidade* é definido, no campo do saber da arquitectura, de forma estritamente material, então não são encontradas características no espaço físico que permitam o reconhecimento dos agentes urbanos com o espaço, nem tão pouco o espaço gera condições relacionais e agregadoras suficientes para criar uma imagem do lugar.



Estrutura viária geradora da morfologia urbana recente e assinalando:
O Mosteiro de Celas e edifícios que pertenciam ao antigo burgo; o Bairro de Celas construído nos anos 40 do século XX; a Avenida Calouste Gulbenkian de 1971; o Hospital da Universidade de Coimbra de 1987 e, em cima, o novo hospital pediátrico.

Fonte: Desenho realizado a partir da cartografia digital actual da cidade de Coimbra.

4. Bairro



Em Coimbra, o crescimento urbano da cidade no século XX foi impulsionado pelo desenvolvimento da construção civil, associado ao progresso sócio-económico e ao aumento da população da urbe. Os novos bairros, formados em torno do núcleo central, foram intensamente urbanizados – Bairros de Santa Cruz, dos Montes Claros, da Arregaça. A cidade começou gradualmente a crescer ao longo da Estrada da Beira. Foi um surto construtivo, que se estendia na direcção da Portela, que permitia antever para breve o surgimento ali de um “importante bairro” .⁵⁶

A abertura da Alameda Dr. Júlio Henriques, acompanhando a fachada nascente do Jardim Botânico – em 1918 – contribuiu para a urbanização dos bairros de S. José e Calhabé.

Em meados deste mesmo século, o Estado Novo promoveu a edificação da cidade universitária na zona da Alta, desencadeando profundas alterações na sua organização urbana e, conseqüentemente, na estrutura morfológica da cidade.

O regime fascista português introduziu uma nova ordem de planeamento e gestão da cidade, tratando-a como um todo monumental e introduzindo a ideia do “grande gesto” , para o controlo do Estado sobre o território urbanizado. Assim, e num curto espaço de tempo, trabalharam em Coimbra alguns dos representantes da elite técnica que o Estado Novo acalentou, nomeadamente o urbanista Étienne De Gröer, responsável pelo *Plano de Embelezamento da Extensão de Coimbra*, de 1940. São transpostas a legislação e os métodos presentes no planeamento francês das primeiras décadas do século, para o contexto português.

A implantação da cidade universitária contribuiu para o agravamento da problemática da carência habitacional, pela destruição de uma parte significativa do seu tecido urbano de carácter residencial. Para o realojamento foram erguidos os primeiros bairros periféricos estruturados segundo um plano ordenado, conduzindo à transferência da população para as novas áreas urbanizadas. Em 1948 foi construído o Bairro de Celas, como anteriormente foi referido, e na década seguinte nasceu a “cidade” em estudo: o *Bairro Norton de Matos*. Foi edificado na periferia Sul de Coimbra, sendo constituído por moradias unifamiliares organizadas a partir de uma planta de traçado ortogonal.

Cidade Estadonovista.

Este plano é realizado numa fase de afirmação ideológica do Estado Novo, de grande aposta na modernização logística do sistema urbanístico português. Foi sob a liderança do engenheiro Duarte Pacheco que ocupou, de 1934 a 1943, o cargo de Ministro das Obras Públicas, que se estabeleceu uma nova prática de planeamento urbano que situou a nossa cultura urbanística no seio do debate e da experimentação que decorriam em diversos países europeus.⁵⁷ Reformulou por completo a legislação sobre o planeamento urbano e os métodos da sua aplicação que procurou estender a, praticamente, todos os municípios do país.

Na falta de especialistas nacionais, foram chamados técnicos estrangeiros que englobaram equipas na elaboração de novos *Planos Gerais de Urbanização*, no ano de 1934, com o objectivo de urbanizar estrategicamente o território através de um método apriorístico e uniformizador, onde “as cidades fossem a expressão da acção e do controlo hegemónico do Estado sobre o espaço social” .⁵⁸ Foi um período de grande autoritarismo político, onde a cidade era a expressão do imaginário político e social. O planeamento foi utilizado como uma estratégia de controlo do território: Permitia estratificar camadas sociais, diferenciar relações espaciais e conceder uma identidade espacial premeditada.

As políticas de habitação social foram divulgadas pelo Estado, por um programa das *Casas Económicas*, em 1933, onde eram criados fundos de investimento de incentivo à construção de bairros de habitação económica e estabelecidas as tipologias habitacionais mais adequadas à população de classes menos favorecidas.

No trabalho feito para Coimbra, Étienne De Gröer propunha o *zoning* da cidade, onde fixava a densidade e a proporção das construções dos quarteirões, segundo as necessidades dos diversos bairros. É uma legislação diferencial adaptando-se, variavelmente, às diferentes partes da cidade. É, ainda, da opinião que “(...) as construções altas e densas têm dado sempre más estatísticas (...)” e que “(...) a grande casa de rendimento é desfavorável à educação das crianças. Nelas as crianças definham, e observa-se que os laços de família enfraquecem. Nas grandes casernas de dependências pequenas, a promiscuidade, as querelas, a pouca limpeza, o mau exemplo de

alguns são contagiosos e o indivíduo, gradualmente depravado, depressa se junta às massas.”⁵⁹ Defende, assim, a construção de casas unifamiliares decentes para os assalariados, seguindo o princípio da casa pequena e assinalando que em Coimbra não havia necessidade de construir casas ultrapassando os três andares acima do rés-do-chão, comparando esta cidade com o modelo urbano Holandês. Realmente, existe uma semelhança tipológica do *Bairro Norton de Matos* com os bairros operários holandeses do pós-guerra⁶⁰, altura em que o alojamento social foi a questão primordial dos períodos de reconstrução urbana nas cidades vítimas da destruição das guerras.

O sentimento de propriedade, estimulado nas políticas *estadonovistas*, estava presente na tipologia unifamiliar, onde cada casa ocupa um lote que, ao longo da vida, acaba pertencendo à família que a ocupou inicialmente, através de um sistema de pagamento por amortizações. Em sentido contrário, nas casas altas, a ausência de quintais obriga a criar espaços livres maiores, cuja conservação custa muito caro aos municípios. Por isto, o Estado era apologista da baixa densidade, impondo uma doutrina profundamente moralizadora (também) através da arquitectura. Estava, então, criada a imagem-marca da casa portuguesa, construída sob forma de unidades de expansão residencial dos planos de projecto de embelezamento urbano, efectuados sob a política de Duarte Pacheco.

A Unidade Residencial do *Bairro*, em Coimbra, resultou de um zoneamento geral da cidade por bairros de classes abastadas, médias e operárias. Através da estratificação social, Gröer destinou 88 hectares às residências de assalariados, distribuídas pela extensão Sul da cidade. Esta seria destinada a casas individuais de pequena densidade, a fim de não estragar a mais linda vista de Coimbra, ou seja, aquela que se desfruta do Penedo da Saudade.⁶¹ É de assinalar as preocupações paisagistas de Gröer enquanto característica importante para o planeamento e para a criação da “imagem forte” da cidade futura. Tinha por intenção a conservação do pinhal de Marrocos, que rodeia a extensão Sudeste. As colinas arborizadas de fundo formavam uma cortina e compunham um cenário para a cidade.

Perante estas análises, o urbanista deixa registadas as suas convicções para o desenvolvimento da futura cidade, num plano urbanístico que visa tanto o futuro morfológico, como a salvaguarda do

existente. A regulamentação de cada *zona* permite, assim, preservar a imagem de conjunto, controlando rigorosamente os actuais e futuros limites da cidade. São princípios que promovem o conforto e a qualidade de vida urbana, aos olhos do Estado Novo.

Outros aspectos do desenho do *Bairro* dizem respeito à estrutura viária hierarquizada e com regulamentação higienista, optando-se por um desenho reticulado que favorece a implantação das redes viária, de saneamento, abastecimento de água e electricidade.

Outras considerações registadas no plano, dizem respeito aos talhamentos destinados às habitações, de forma rectangular com o lado mais pequeno paralelo à rua. Os quarteirões formam um “quadrilátero” , cujos lados maiores podem ser curvos, a fim de evitar a construção de ruas supérfluas. “Nas zonas de habitação há vantagens em aumentar, consideravelmente, a largura do quarteirão a fim de no seu interior se reservarem espaços livres públicos, campos de jogos e de desportos, praças interiores com acesso por um só lado” ⁶²a fim de evitar o problema do crescimento das grandes cidades dos séculos XIX e XX, em que os quarteirões se foram tornando mais densos e insalubres, pois os pátios grandes ou pequenos transformam-se, lentamente, em espaços sombrios e húmidos pelo progressivo aumento das alturas dos edifícios.

Programaticamente, o comércio era introduzido nos conjuntos habitacionais com intenção de criar centros de actividade urbana mistos. Actualmente, é chamado o pequeno “comércio de bairro” , actividade que favorece as relações urbanas e a própria dinâmica de “bairro” . Pode ser um elemento que estimule a relação entre a vida pública e privada e das pessoas com o espaço. A conciliação entre os quarteirões de habitação e os de comércio em piso térreo a dar para a via pública principal, constituiu um quadro urbano característico e, por isso, o diferencia tão bem dos restantes quadros urbanos.

Este *Plano de Extensão e Embelezamento* foi um estudo urbano que introduziu novos métodos de análise e concepção da cidade que moldarão a urbanística de Coimbra das décadas seguintes.⁶³



1

1. Fisionomia original do Bairro.
Anos 40.
Fonte: Varela Pêrculo, in *Coimbra Vista do Céu*. 2003. p.73.



2

2. Bairro Norton de Matos na década de 60.
Fonte: Varela Pêrculo, in *Coimbra Vista do Céu*. 2003. p.74.

3. Bairro na época da sua construção, ainda sem as construções de finais da década de 50.
Fonte: Varela Pêrculo, in *Coimbra Vista do Céu*. 2003. p.74.



3



Fotomontagem de um corte tipo de uma rua secundária, juntamente com uma fotografia do Bairro no início da sua construção.

Planta inicial do Bairro Marechal Carmona, nos anos 50, com a proposta não construída do edifício escolar a Nascente do eixo principal do conjunto.

Fonte: Desenho realizado a partir da cartografia digital actual da cidade.



Morfologia Urbana. Habitação Unifamiliar

A intervenção urbanística é caracterizada pela implantação de habitações económicas, geminadas, desenvolvidas em dois pisos num plano que propõe uma organização racional do espaço. O *Bairro* nasce, assim, de um modelo urbano implantado num planalto, orlando a estrada da Beira, uma via de entrada e saída da cidade pelo Leste. É uma zona plana e de fácil implantação de um traçado hipodâmico sob a direcção Nascente-Poente. É uma malha que também pode ser chamada de “colonial”, pois é facilmente extensível, controlável e de fácil reprodução. É um instrumento pragmático de extensão urbana que acompanha a ordem e o progresso infraestruturador. Modelo testado desde o planeamento grego, e que foi utilizado para o povoamento e respectivo domínio territorial, nas alturas de expansão e conquistas territoriais.

Neste caso serviu para resolver a necessidade de expansão urbana e construir unidades de habitação económica para a população que estava a aumentar e para as famílias desalojadas da *Alta*, através de um modelo que respondesse eficazmente às necessidades sociais, económicas e tecnológicas da altura.

Esta é uma solução clara, estruturada com espaços de circulação viária e pedestre, espaços verdes e praças. Programaticamente divide-se em zona habitacional e de serviços.

A malha é desenhada segundo um eixo nascente-poente que, define a rua principal, mais larga. No eixo norte-sul é traçada, em cruz, outra rua menos larga. Nos espaços entre elas existem as ruas secundárias que desenham uma rede de espaçamento regular para o loteamento das habitações. As praças funcionam como áreas de descompressão com clara intenção de introduzir o elemento verde e potenciar o espaço público para as actividades conjuntas dos habitantes.

O espaço público exerce alguma influência no tipo de habitação existente. De uma maneira geral, a classe mais rica localiza-se ao longo das vias principais, valorizando-se mutuamente, tirando partido do afastamento relativo às outras habitações e também por possuírem áreas destinadas a percurso de peões. Estas condições criadas pelas vias principais eram de alguma maneira repetidas, ou mesmo melhoradas

nas praças/espços verdes. Existe uma predominância de habitações correspondentes às classes mais ricas que, mais uma vez, exploram uma maior amplitude visual sobre o espaço público, ideia de segurança e controlo. Mais relacionadas com as vias secundárias, estão as habitações da classe mais desfavorecida, onde a proximidade ao vizinho é menor e proporciona, por isso, um convívio mais directo. Apesar desta segregação social, o espaço agregador do *Bairro* favorece a sua coexistência.

A princípio as ruas foram designadas por letras, partindo da rua principal para as paralelas. Depois do 25 de Abril de 1974, nomes relacionados com o regime fascista foram substituídos. O *Bairro Marechal Carmona* passou a denominar-se *Bairro Norton de Matos* até aos nossos dias.

O projecto de origem previa os quarteirões de habitação, uma igreja e um escola primária. O comércio surgiu de forma espontânea e reactiva e não de forma planeada e a escola primária, o centro recreativo e uma esquadra da polícia ocuparam inicialmente casas destinadas à habitação.

Quanto às habitações, existem três tipos e quatro classes fornecidas pelo Ministério das Obras Públicas sob a forma de projectos-tipo. As habitações de tipo I destinam-se a casais sem filhos, as de tipo II a casais com poucos filhos do mesmo sexo e as de tipo III a casais com filhos de ambos os sexos ou com numerosas crianças do mesmo sexo. As classes variam de A a D, sendo a A a mais rudimentar do ponto de vista da construção e corresponde a rendimentos mais baixos. A classe D é mais luxuosa, acessível apenas a rendimentos mais elevados.⁶⁴

Dada a importância do ensino na educação do cidadão, a escola assumiu-se como um equipamento prioritário, ocupando, inicialmente, duas casas de habitação, enquanto não fosse construído um edifício próprio. No projecto previa-se a implantação da Escola Primária de oito salas no remate nascente da urbanização. No final veio a implantar-se no extremo oposto ao inicialmente previsto.

O projecto da igreja interferiu, também, no desenvolvimento do plano urbanístico. De acordo com a proposta inicial, implantava-se na parte Poente do aglomerado urbano, em situação oposta à escola. Estas duas instituições faziam os remates do eixo principal do plano do *Bairro*.

Posteriormente, houve a alteração do estudo urbanístico e, uma vez que fora construída uma igreja junto ao Estádio Municipal, esta acabaria por funcionar como igreja do *Bairro*, dada a sua proximidade geográfica. Desta feita, o desenho final do projecto não materializou a construção do eixo fortalecido pelos remates da escola e da igreja.

O Centro Recreativo está localizado num ponto estratégico do traçado. Revela-se numa esquina no cruzamento principal das duas principais artérias da malha e contem um programa associativo e recreativo. Funciona como ponto agregador da estrutura social do *Bairro*.

Expressão Urbana e Social.

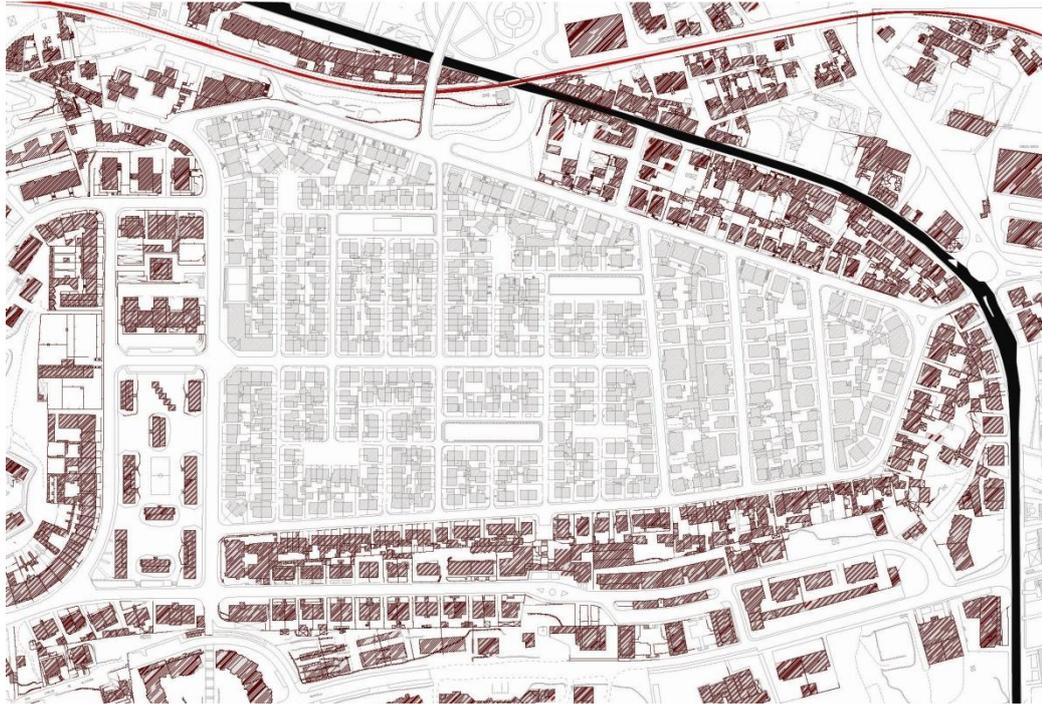
Em 1950, o bairro é aberto à construção particular e surgem, então, os arranjos das ruas. Progressivamente, foi adquirindo as restantes estruturas que permitiam a sua autonomia em relação ao resto da cidade: mercearias, talhos, cafés, restaurantes, barbearias, lojas de vestir e calçar, tabacaria, farmácia e outro comércio e serviços. Nesta data, o bairro já era habitado por cerca de 450 famílias. No final desta década, edificam-se os quarteirões a poente, registando-se uma maior densidade construída. As construções dispersas começam a aparecer, desenhando uma fronteira a circundar a extensão territorial do *Bairro*. Estas compunham uma paisagem edificada de tipologias e escalas variáveis e dispersas no espaço envolvente, opondo-se à composição uniforme e agregadora do “conjunto-objecto” urbano do Bairro Norton de Matos que, nasceu como um núcleo coeso, segregado, com ligações ténues à restante cidade, mas que funcionou como pólo orientador da expansão territorial da cidade. As vias de ligação ao restante território eram exíguas e os transportes públicos “paravam” só em S. José. Na década de 60, o seu isolamento em relação à cidade foi ultrapassado com a construção das vias exteriores da Ruas de Macau, Álvares Cabral, Carlos Seixas e pela ligação à Solum, através do viaduto, que, passando por cima da Estrada da Beira, vence o desnível acentuado entre os dois bairros.

As qualidades centrais deste espaço dizem respeito à homogeneidade tipológica das habitações e ao traçado hipodâmico que

uniformiza e interliga todos os elementos do sistema urbano. Juntamente com as características físicas, existem os usos mistos e as práticas relacionais dos agentes com o espaço, factores que reflectem o domínio comunitário, de acção e pertença do território, sendo as características do espaço material o “cartão de identidade” do *Bairro*, elemento simbólico de referência para o contexto urbano. Definir um espaço geométrico e fronteiras permite, assim, marcar e reconhecer a existência de uma diferença de outros lugares, por referência a outros centros e outros espaços.

Actualmente, as tipologias originais das casas unifamiliares estão completamente adulteradas, marcadas pelas mudanças funcionais impostas pelo tempo e pelas novas relações dos habitantes com a habitação. No entanto, a capacidade de regrar e manter a disposição inicial da malha, assegura as relações do sistema urbano e a mesma identidade material e geométrica do conjunto no território.

Assim, a imagem do conjunto que se vislumbra de longe é a expressão mais clara do *Bairro* inserido na paisagem urbana de Coimbra como um objecto pontual de uma malha dispersa e fragmentada.



Planta actual do Bairro, assinalando os limites morfológicos, a linha de caminho-de-ferro e a estrada da Beira (durante anos, foi a única ligação à restante cidade).
Fonte: Desenho realizado a partir da cartografia digital actual da cidade.

Visão de conjunto, na actualidade. A sua estrutura coesa e a tipologia padronizada fazem do Bairro um objecto urbano. Distingue-se como uma única peça do envolvente.
Fonte: Filipe Jorge, 2003, in *Coimbra Vista do Céu*. p.75.



5. Solum



Planeamento Funcionalista.

Na Europa, o planeamento funcionalista surgiu no período entre as duas guerras mundiais, devido à necessidade de novos modelos urbanos que respondessem de forma rápida e eficaz a novas necessidades e novas posturas perante a cidade. Já estabelecidos os princípios higienistas do século XIX e ansiando não mais uma cidade congestionada e apertada como a cidade medieval, vingava uma nova doutrina esclarecida e regrada no modo de planear a nova cidade, baseada em muito nos princípios saídos da Carta de Atenas. Testavam-se novas relações sociais através do espaço urbano e estipulavam-se os movimentos do homem na cidade e seus fluxos quotidianos. A maneira de estratificar e encaixar as várias actividades no desenho da urbe gerou modelos reguladores e tipológicos, iniciando o novo ciclo da cidade “quase perfeita” onde todas as partes deveriam estar devidamente equacionadas e pensadas a nível de usos e tipologias.

Mudanças técnicas, sociais e políticas fizeram a história do urbanismo em cada país. Portugal, comparado com a restante Europa, não sofreu com o pós-guerra, situação que levou vários países a consagrar modelos de reconstrução massiva, adoptados e consagrados em outras situações de expansão urbana.

Por um lado, a introdução cada vez maior do automóvel na vida urbana, depois o ascensor e o betão armado contribuíram tecnologicamente para a revolução tipológica das formas de habitar. A nova geração de arquitectos portugueses lutava contra a visão absoluta da “casa portuguesa unifamiliar” e era apologista das novas tipologias colectivas divulgadas pelo Movimento Moderno.

Em conclusão, o ambiente vivido no laboratório urbanístico português, da segunda metade do século XX, era de ruptura com as formas urbanas do passado, apoiando-se na libertação tecnológica e visando criar um espaço urbano radicalmente novo. As novas formas desenhavam a imagem cultural do novo e do moderno.

No entanto, o planeamento funcionalista introduziu no processo urbano uma “fractura disciplinar”⁶⁵ e consequentemente uma fractura

no espaço urbano. A cidade passou a ser gerida por diferentes gabinetes de Habitação, Tráfego, Infraestruturas, Equipamentos, Turismo e Comércio. Gerou uma fractura administrativa e metodológica no processo de conformação da cidade.

A *Solum* foi mais um testemunho da expansão sudeste da cidade, nas décadas de 60 e 70, que introduziu um novo tipo de urbanismo na estrutura morfológica de Coimbra, conciliando diferentes regimes de promoção, envolvendo capitais públicos e privados. Deu campo à concretização das novas tendências tipológicas e ideológicas sobre a disciplina urbana. Os princípios da *Carta da Atenas* foram introduzidos no seio da teoria portuguesa, como atitude de ruptura com o sistema do Estado Novo com ideais e princípios vinculativos no urbanismo português. Nesta altura, Coimbra enfrentava problemas de habitação e circulação, assistindo-se a uma ocupação territorial cada vez maior, extravasando os limites territoriais da cidade oitocentista e assumindo a necessidade da expansão para outras zonas periféricas do núcleo urbano. No *Plano de Extensão e Embelezamento*, de 1940, estava prevista uma zona de expansão habitacional na faixa nascente da cidade Alta, designada de Calhabé. O projecto urbano da *Solum* desenvolveu-se a dois níveis: o primeiro sob influência dos princípios urbanísticos do Estado Novo, do qual se construiu o Estádio Municipal, a Igreja, a Escola do Magistério Primário, a Escola Feminina D. Maria e a Escola Industrial Avelar Brotero; o segundo, sob investimento privado, apresentou um programa urbano habitacional, caracterizado por uma estrutura viária parcelar, blocos de habitação colectiva em altura, pouca densidade e maiores áreas livres.

Da Escola de Arquitectura do Porto estavam a sair arquitectos com formação atenta às reestruturações europeias do pós-guerra. Com ambição de introduzir, nas cidades portuguesas, novos princípios urbanísticos para nova conformação da Cidade Moderna, muitos deles construíram e planearam as zonas de expansão urbana, materializando as primeiras experiências tipomorfológicas do urbanismo Moderno.

No período de transição, a dicotomia entre a casa unifamiliar portuguesa e os novos modelos importados das experiências europeias, incitava a uma revoltosa mudança inserida num regime autoritário e

vinculativo. Ainda dentro do regime fascista português, realizaram-se algumas reformas para tentar fazer frente à situação de subdesenvolvimento do país e de reforço do aparelho produtivo e da modernização e racionalização do Estado. “O I Congresso de Arquitectura reivindicava em 1948 a construção de habitações populares em altura, como condição necessária para a solução das graves carências de que sofriam as classes trabalhadoras nos meios urbanos” .⁶⁶ Só por volta de 1959, se alterou de forma assumida a regulamentação da casa unifamiliar e do bairro segregado, “concebido como uma espécie de aldeia” .⁶⁷ Algumas experiências deram-se em Lisboa, em volta de Olivais Sul e no Porto, com o bairro de Ramalde, projectado por Fernando Távora. Este último caracteriza a nova imagem dos “blocos paralelos separados por faixas verdes e um vocabulário vincadamente racionalista” .⁶⁸

No que respeita ao tema da habitação, as mudanças verificadas foram profundamente marcantes na imagem urbana. Do acesso à propriedade através de prestações mensais de amortização passou-se ao sistema de arrendamento. Numa mesma porção de terreno, o número de habitações era, sem dúvida maior, permitindo aos investidores rentabilizar o valor da parcela. Em relação às tipologias, abriu-se campo criativo aos novos arquitectos, permitindo-lhes testar esquemas habitacionais e pensar novas relações entre os elementos do sistema urbano: circulação viária e pedestre, habitação, equipamentos colectivos e espaços públicos.

No caso da *Solum*, arquitectos como Carlos de Almeida e Rogério Alvarez, saídos da referida escola, construíram os primeiros quarteirões e blocos de habitação iniciais do primeiro *Arranjo Urbanístico de uma zona da Unidade Residencial do Calhabé*, de 1963.⁶⁹

Morfologia urbana. Habitação colectiva.

A construção do bairro da *Solum* teve três grandes momentos. O primeiro iniciou o planeamento e a construção de edifícios de programa institucional. O segundo introduziu o primeiro plano assente nos princípios modernistas, com a construção de tipologias de habitação em altura. O terceiro e último está agora a ser finalizado, com a construção dos restantes quarteirões e blocos habitacionais que terminam o desenho deste conjunto urbanístico.

No *Plano de Extensão e Embelezamento para Coimbra*, de 1940, estava prevista a construção do Estádio com uma praça a procedê-lo para servir de “ampla e condigna entrada”⁷⁰ e receber os desfiles militares e outros eventos públicos. Implantada em terreno plano sob uma malha ortogonal e vinculada pela axialidade monumental das estruturas colectivas, composto pelo Estádio e as três escolas, esta primeira fase de construção caracterizou-se pela gramática imponente e simbólica estadonovista. Uma outra praça estava, também, prevista no limite Sul da extensão, ligando a *Solum* com o *Bairro Norton de Matos*, com a via de entrada e saída Leste da cidade, a estrada da Beira, com ligação à parte alta da cidade. Segundo Gröer, esta praça encenava uma “nova entrada turística de Coimbra”⁷¹. A zona do Calhabé era, assim, uma área destinada à expansão urbana de carácter funcional e residencial com moradias de baixa densidade para a classe média ou abastada.

A segunda fase caracterizou-se pela associação da iniciativa da Câmara a empresas privadas e pela reformulação do plano vigente há já dezoito anos, do qual resultou o *Plano Regulador de Coimbra*, de 1958, da autoria de Almeida Garrett, onde se propõe o aumento de densidade e a redução do tamanho dos lotes da zona residencial.

Por sua vez, *Solum* era uma empresa de construção de Coimbra, formada em 1964, e que acaba por trabalhar em parceria com a Câmara Municipal de Coimbra, ficando responsável pela execução do *Plano de Arranjo Urbanístico*, aprovado um ano antes, para a zona do Calhabé⁷² e acabando, mais tarde, por dar o seu nome à área residencial. Dentro desta empresa trabalharam dois arquitectos Rogério Alvarez e Carlos de Almeida, saídos da Escola do Porto. Trabalharam na elaboração do

plano urbanístico e no plano de pormenor com a construção dos primeiros blocos de habitação colectiva em altura da zona.

Carlos de Almeida, projecta o complexo construído pelas três torres, os dois edifícios perpendiculares ao Magistério Primário, um equipamento de comércio mais acima e, em 1980, o primeiro Centro Comercial. Este arquitecto tinha claras influências das construções realizadas em Lisboa, nos Olivais Sul, com edifícios projectados em 1959, por Nuno Portas, Teotónio Pereira e Pinto Freitas. Foi seguidor incontestável das ideias e dos mestres do Movimento Moderno, sendo as construções da *Solum* um reflexo desta experiência.

Durante a década de 60, houve grande crítica à intervenção no urbanismo da cidade. Discutiram-se os problemas gerais do sector urbano, reclamando um “Plano de Urbanização” que, num período de crescente desenvolvimento dos grandes aglomerados populacionais, fosse capaz de controlar e orientar a construção urbanística da cidade.

Em 1974 foi elaborado outro plano para a cidade, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal e pelo Engenheiro Costa Lobo. Foi o *Plano Geral de Urbanização de Coimbra* que previa para a cidade quatro vias principais: as circulares, externa e interna, a marginal e a Avenida da Lousã e a linha de eléctrico rápido para a Lousã. Propunha, também, uma ligação das zonas verdes da cidade, com a existência de um anel verde central e, relativamente à construção, aumentava os seus índices.⁷³

Com a revolta política do 25 de Abril de 1974, as actividades da empresa *Solum* pararam, como aliás parou toda a construção civil no país. No plano nacional, o planeamento urbano e gestão das cidades torna-se desorganizado e muito pouco eficiente pelo despoletar de uma trajectória irregular, “(...) muito à mercê das flutuações ao nível do poder. Realizações pontuais, mais ao sabor de influências políticas do que resultantes do estabelecimento de critérios de prioridade. Deficiente integração em planos de expansão urbanística, não assegurando a continuidade do tecido urbano. Ausência de ligação às populações existentes” .⁷⁴

O plano inicial da *Solum* sofreu vários aditamentos, sendo introduzidas alterações ao nível do desenho urbano. A última planta de alterações data de 1987. A grande diferença entre o projectado e o

construído surge nos limites da zona. Hoje, o remate da urbanização é constituído por adição de soluções autónomas, ou seja, sem estarem dentro da lógica do plano que deveria regulamentar a zona.

“A última fase, sobretudo abrangendo a parte Nordeste da unidade residencial, corresponde a uma fase “confusa” , coincidindo com um período difícil na vida da Solum. Esta crise conduziu à alienação dos lotes aí localizados que foram sendo adquiridos por diversos construtores civis. Dilui-se a “unidade” urbanizador/construtor-projectista até aí registada... Projecta-se e constrói-se de acordo com hábitos e modas de cada empresa num enquadramento genérico de procura de vantagens construtivas concebidas através do licenciamento com desrespeito, por vezes, do estudo urbanístico aprovado.” ⁷⁵

Progressivamente, a área da “monumentalidade” estadonovista foi ocupada com outras construções. A praça foi diminuída com a construção de um polidesportivo e houve um processo de densificação do conjunto urbano. Foram construídas novas infra-estruturas, onde o programa do Euro 2004 potenciou uma reforma geral na vida da Solum. Através de investimentos públicos e privados, construiu-se um Estádio Municipal novo, no mesmo lugar do anterior, mas desta vez, ocupando uma maior área com um complexo que alberga um polidesportivo com piscinas e campos interiores, um centro comercial e habitação. Este investimento potenciou a renovação, requalificação e conclusão urbanística da zona. Os quarteirões foram continuados e completou-se, assim, a malha com blocos de habitação colectiva, cada um com a sua linguagem. O espaço entre edifícios é preenchido com pequenos parques urbanos de lazer ou de estacionamento. O pequeno comércio, no piso térreo, completa o quadro programático e o carácter bairrista da zona.

Apesar de constantes alterações nos planos, a Solum vive de um modelo capaz de servir a mutação das necessidades, dos pensamentos e estéticas urbanas. Predomina a geometrização dos espaços públicos, a axialidade dos equipamentos e edifícios de habitação em blocos colectivos, reduzindo a quantidade com uma arquitectura concebida por justaposição de objectos isolados. Parte de uma estrutura urbana de

descentralização e de zonificação, num eixo com os equipamentos colectivos, agregando pelo lado nascente a área residencial.

Expressão Urbana e Social.

A mudança na forma de habitar trouxe consigo inúmeras alterações que contribuíram para a mudança do ambiente urbano. Toda a zona envolvente ao Calhabé era ocupada por campos de cultivo e povoações rurais. Em 1946, inicia-se o processo de construção de equipamentos públicos e de densificação de uma zona que, anteriormente, nada tinha que ver com o território urbano.

A revolução metodológica no processo de planeamento e de projecto caracterizou o resultado urbanístico da Solum. Culturalmente, inverteu-se o sistema de relações de espaços e consequentemente das comunidades.

Realmente, foi um período de ruptura com os modelos anteriores: o espaço reconhecível pelas pessoas, já padronizado, foi subvertido e a maneira de habitar de caminhar e conviver foi alterada, genericamente, através do espaço. A própria semântica modificou-se para se falar em “vias” , “blocos” , “apartamentos” , “espaços livres” e “equipamentos” .⁷⁶

Recorrendo, por exemplo, à definição de “apartamento” como sendo um “acto de apartar, de separação, afastamento, distanciamento e colocação à parte” ⁷⁷, reconhecem-se as características do novo modelo urbano dito Moderno. A nova tipologia de habitação colectiva em blocos de apartamentos reflectiu a separação da vida privada e pública e a segregação funcional dos equipamentos. Cada edifício funciona como um contentor de funções. A relação dos edifícios com a via não é frontal como, por exemplo, na Avenida Sá da Bandeira, onde era essa relação de funções, que dava sentido à rua e à circulação junto às fachadas. No plano da Solum a “rua” passou a ser uma pista destinada à circulação rodoviária e com o devido afastamento dos edifícios. A circulação pedonal tem um caminho próprio, planeado para ligar edifícios entre si e servir as zonas livres e abertas de lazer.

Por sua vez, a metodologia deixou os pressupostos antigos de desenho urbano e reformulou estrategicamente todo esse processo.

Trabalhou com sistemas mais abrangentes do desenho da cidade como a “infra-estrutura” , a “zonificação” e a “edificabilidade” . Dentro de cada zona focalizava-se o plano e assim por diante. O instrumento formalizador do plano de urbanização foi alterado para um instrumento técnico de regulamentação, onde se estipulavam zonas, manchas de uso e redes viárias.

Dentro dessa ruptura, o modelo reflecte também uma atitude de quebra e descontinuidade com o preexistente. A rigidez do desenho da malha ortogonal com uma tipologia estandardizada, impõe uma regra no território urbano quase que anulando os restantes modos de construção. Surge, assim, o edifício como novo protagonista da composição urbana: quanto maior altura, maior área envolvente disponível para usufruto pleno da comunidade.

Este modelo foi o reflexo e veículo de uma nova vida social, “(...) num período conturbado e vanguardista em que se acreditava que a conformação dos espaços determinaria os comportamentos e mudaria as mentalidades” .⁷⁸

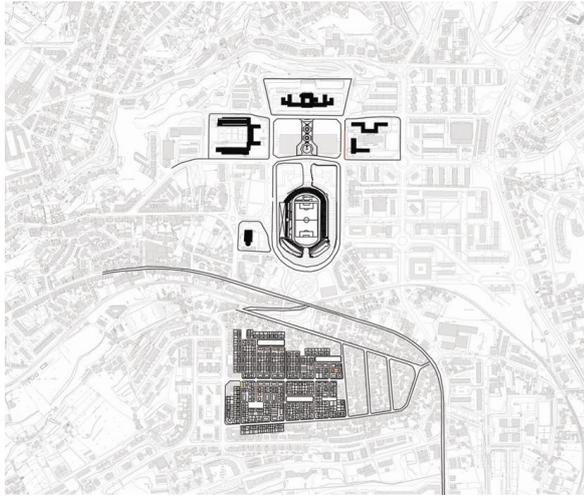
As alterações de referências e de escalas dos ambientes a que estavam habituados teve como consequências fortes críticas ao movimento urbanístico moderno e às novas formas impostas de habitar o espaço urbano. Assim, apontava-se a separação artificial de funções e actividades, as dificuldades de relação social no espaço condicionado dos blocos, a falta de contacto directo das casas com o terreno, a redução do espaço habitável em tipologias sem prolongamento para o exterior e as grandes dimensões dos edifícios que se sobrepõe ao utilizador, como as características mais nefastas da ruptura com as antigas formas de habitar.

Apesar da segregação funcional e da intenção descentralizante do modelo urbanístico, a Solum apresenta características físicas que a identificam como um espaço peculiar do tecido morfológico da cidade e, por isso, pertence à rede de “centros” de Coimbra.

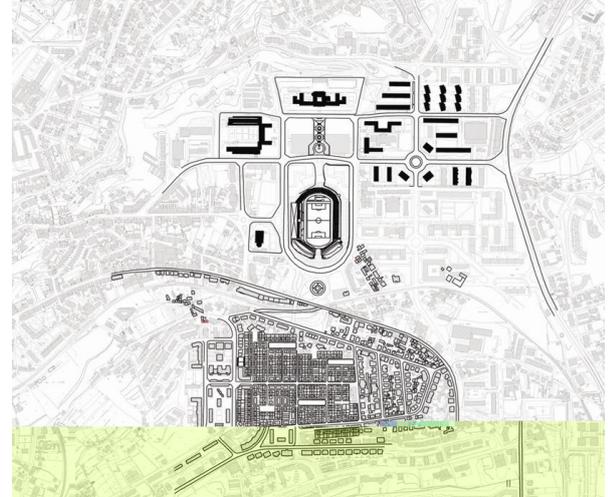


O Estádio Municipal e os edifícios da Solum. Relação com o Bairro Norton de Matos

Fonte: Varela Pèrculo, in Coimbra Vista do Céu. 2003. p.66



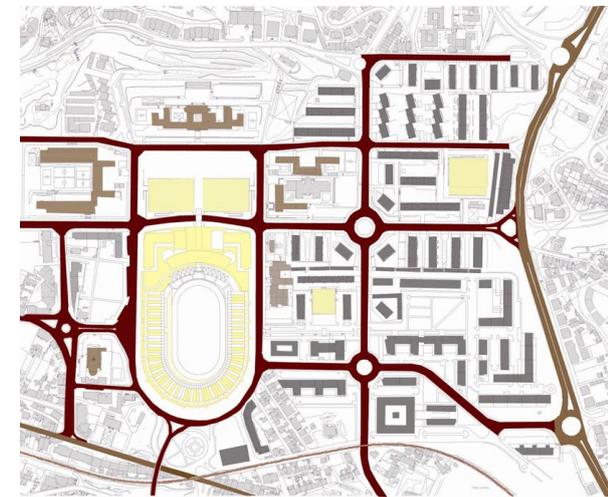
1



2



3



4

1. Primeira fase de construção da zona do Calhabé, Nos anos 40.

2. Segunda fase, com a edificação dos edifícios de habitação da Solum, nos anos 60.

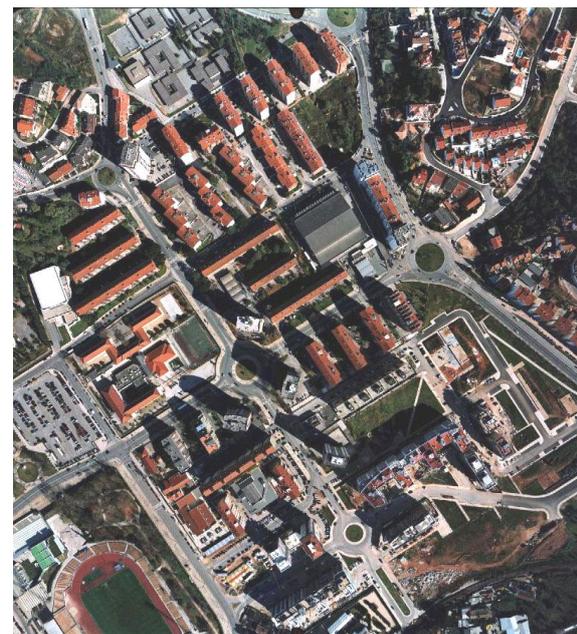
3. Planta actual. 2006.

4. Planta actual da Solum, destacando a estrutura viária; os edifícios escolares e a igreja (a castanho); os complexos desportivos e comerciais (a amarelo) e os edifícios de habitação (a cinzento).

Fonte: Desenho realizado, pela autora, a partir da cartografia digital actual da cidade.

5. Fotografia aérea da Solum em 2001.

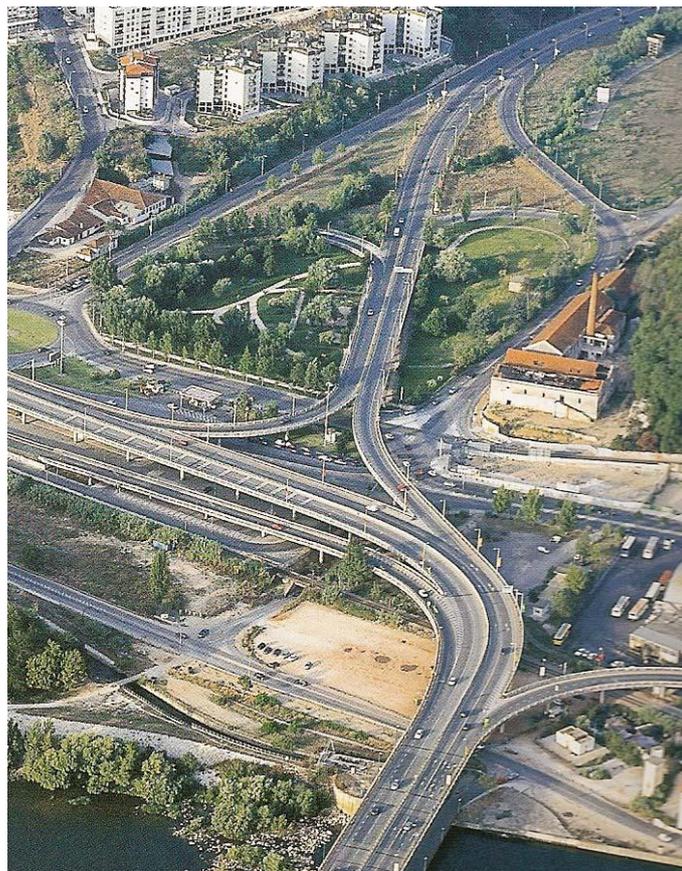
Fonte: Metro-Mondego.



PARTE III

Vias de circulação rápida na conformação do território urbano, seguindo o Vale de Coselhas que contorna a cidade e desemboca na zona denominada *Casa do Sal*.

Fonte: Filipe Jorge, 2003, in *Coimbra Vista do Céu* p.90 (extracto).



Casa do Sal.

Para terminar esta reflexão, apresento um último caso que representa, de maneira expressiva, um espaço urbano com características formais e funcionais bem distintas dos casos já abordados. É um pedaço do território que permite resumir e ilustrar alguns factores de mudança formal da concepção contemporânea e, ao mesmo tempo, revelar a apropriação que a comunidade pode deles fazer. Está numa condição transitória do território construído, obrigando-nos a reflectir o conceito de centralidade e identidade em contraponto com os restantes pedaços da cidade. “A produção do espaço urbano reflecte, assim, os equilíbrios e as tensões existentes na sociedade, sendo, na prática, resultado do tipo de planeamento adoptado e da importância relativa da iniciativa pública e privada.” ⁷⁹

Actualmente, existe um pequeno fragmento de parque, equipado com um parque infantil, encaixado no nó viário da Casa do Sal.

O parque apropriou-se de um *vazio* resultante da estrutura viária por baixo de um viaduto, onde foram criados percursos, implantados equipamentos e mobiliário urbano e um parque automóvel. A grande afluência ao lugar, antes da inauguração do Parque Verde Mondego, foi reveladora de uma apropriação positiva de um espaço que à partida era marginal e vazio de significado. O sucesso deste programa é um caso caricato na apropriação urbana na cidade de Coimbra.

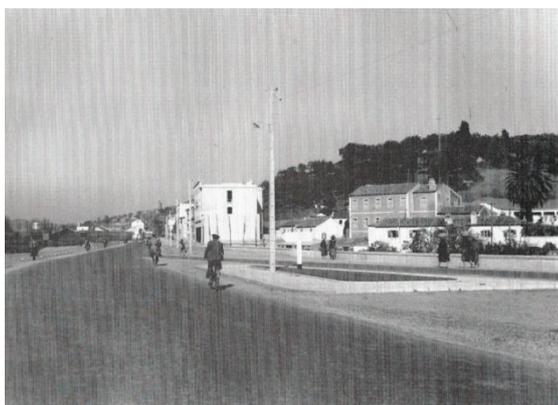
A organização e estruturação do território assentam na circulação automóvel individual. O novo espaço físico que estrutura toda a conduta social, procura a fluidez e rapidez da mobilidade urbana, desprezando características de união e relação que, noutros casos, são os principais agentes do espaço dito relacional e urbano. O seu traçado é exclusivamente rodoviário, recebendo todo o fluxo das circulares da cidade para posteriormente o distribuir noutras direcções. Neste sistema, as vias ocupam o protagonismo do espaço territorial, resultando, em negativo, espaços vazios sem utilização predeterminada. Estão numa condição “entre”, sem significado para o conjunto

estrutural. Apenas servem de suporte para albergar os traçados sinuosos e dispersos das vias de circulação rápida.

A velocidade sentida é a do automóvel e a imagem lida aos olhos de um utilizador é passageira, não havendo oportunidade de fixar referências ao lugar. Materialmente, o espaço é construído por tabuleiros de betão, pilares, automóveis e espaços “verdes” marginais.

A solução adoptada para este fragmento de Coimbra foi uma experiência urbanística, resultante da condição instável do cenário Contemporâneo. Como espaço sobranter, sem função nem programa, foi experimentada uma tipologia de parque verde, completando alguma lacuna programática da cidade. A aceitação de uso por parte da comunidade potenciou as características relacionais do espaço. De espaço sobranter passou a ter uma função e um programa social e, por isso, a integrar o espaço urbano de Coimbra.

A falta de definição, funcional e programática dos espaços sobranter caracterizam, assim, a paisagem dispersa e difusa da cidade contemporânea.



1



2



3



4

Avenida que liga o núcleo da cidade até à Estação Velha de caminhos-de-ferro. A primeira imagem é de 1954 e a última de 2004. A presença do tabuleiro viário alterou radicalmente o espaço construído da zona. A imagem da cidade actual é marcada pelas novas estruturas viárias de circulação rápida e fluida. A velocidade e o tempo da vida quotidiana, impressa no espaço urbano, estão perfeitamente evidenciados na leitura comparativa das duas imagens.

1. Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.170. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra.

2. Fonte: Ibidem, p.171. Original de António Aires, pertencente ao Museu Académico.

3. Fonte: MARQUES, Rafael, *Coimbra Através dos Tempos*, 2004, p.172. Original existente na Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra

4. Fonte: Ibidem, p.173. Original existente em BOOKPAPER – Publicidade e Artes Gráficas, Lda

“O efeito de proximidade deu lugar à facilidade de relação; o tempo, a velocidade diminuíram o *atrito* territorial; a possibilidade de escolha aumentou a liberdade de movimentos e variou os destinos e as origens, os ritmos, os circuitos e as mobilidades que suportam o quotidiano. (...)

Desfez-se, assim, o monopólio da aglomeração funcional na cidade antiga, multiplicaram-se as escolhas e as tipologias de habitação, dispersaram-se funções de emprego ao longo de estradas ou reagrupamentos funcionais junto de nós estratégicos. A cidade *lenta* e compacta, de limites mais ou menos precisos e monocêntrica, vive agora numa relação dinâmica com uma outra cidade/território urbanizado constituído por um padrão desigual de compactação e dispersão, de mono e plurifuncionalidade.” (DOMINGUES, 2006:19-20)

“ (...) cidade como corpo definido, como sistema formalmente contínuo, destacado da sua envolvente e perfeitamente identificado no seu recorte. Esta atitude resulta de um dos medos da urbanística, o da perda da forma e com ela dos limites (...).” (DOMINGUES, 2006: 38)

Cidade Contemporânea.

O debate à volta do urbanismo reflecte, também, a condição actual da cidade, nas mudanças, nos problemas e nas novas maneiras metodológicas e conceptuais da urbanística abordar o espaço contemporâneo. Álvaro Domingues expõe as novas relações espaciais envoltas por dinâmicas e velocidades diferentes, como razões para a alteração das características identificadoras do espaço central, sendo este um factor de crise metodológica e de concepção da urbanística contemporânea, pois o não domínio e não controlo do território urbano actual leva a uma situação instável sobre o modo correcto de actuação no espaço urbano.

Assim, a cidade contemporânea é a reflexão final desta tese, encaixada na sequência cronológica dos vários tempos da conformação urbana. Do capítulo 1 até ao capítulo 5 foram expostos excertos do tecido urbano de Coimbra representativos das características formais, respectivamente, da cidade medieval, oitocentista, estadonovista e modernista. Sendo a cidade contemporânea a reunião e extensão de todos os casos apresentados, torna-se importante concluir o processo histórico com uma análise sucinta da representação e identificação dos elementos actuantes para a condição urbana actual.

A característica inerente ao século XXI é a da fragmentação das formas urbanas, impulsionadas pela banalização do uso do automóvel e dos sistemas infraestruturais que o apoiam. As lógicas do traçado e planeamento chegaram a uma situação complexa, quase justificada pelo aglomerar das diversas camadas temporais aqui expostas, conformando a fácies da urbe.

A dispersão do território foi potencializada pela facilidade de deslocação, uma vez que a ligação territorial se tornou mais fácil e rápida, bastando construir vias de circulação rodoviária, para as afastadas porções de terreno se tornarem próximas. O aumento da capacidade de consumo e do uso do automóvel modificaram drasticamente as formas de habitar o território urbano. Consequentemente, a construção e os assentamentos urbanos estenderam-se a uma maior área de ocupação, rompendo os limites e a forma controlada do tecido consolidado. A fronteira entre centro e

periferia esbate-se na mancha da cidade, tendo como únicos pontos de conexão e identificação, os traçados das vias de circulação rápida desenhados por uma rede ininterrupta que cobre toda a extensão urbana e periurbana, garantindo total acessibilidade.

São promovidos sistemas de cintas de circulação interna e externa à área urbana, que permitem atravessar de forma rápida e contínua toda a cidade. Os investimentos recentes em vias arteriais rodoviárias, promovem cada vez mais a introdução da categoria de circulação rápida no território urbano, coexistindo com as vias de circulação média ou lenta. Assim, a cidade contemporânea passou a ser estruturada em função das vias rodoviárias, alterando o tempo de habitar a cidade: a velocidade, a mobilidade e a fluidez aumentaram, as distâncias diminuíram e os espaços ficaram mais próximos. O território foi, então, redimensionado e os sistemas urbanos funcionam como organismos diluídos no território urbanizado.

Todos estes factores contribuem para a alteração das dinâmicas urbanas e para a ruptura com a lógica de crescimento e de formação dos padrões de aglomeração próprios da cidade "antiga" .⁸⁰ Mas, até que ponto serão estes limites importantes para o bom funcionamento do espaço urbano?

Todas as alterações assinaladas introduziram ou reforçaram temas de intervenção e abordagem ao espaço da cidade. A urbanística actual lida assim com os efeitos da fragmentação, dispersão e carência estrutural do traçado urbano. As expansões urbanas actuais ocupam territórios bem afastados do tecido consolidado, formando novos focos periféricos. Comparativamente ao século XIX, altura da implantação dos primeiros modelos urbanos de expansão territorial e ligação aos burgos existentes, o século XXI defronta-se com uma situação semelhante, mas, evidentemente, a outra escala.

Por isto, os temas da urbanística contemporânea tendem a incidir sobre dois campos: as intervenções no tecido consolidado e nas transições periféricas.

Relativamente à área consolidada, os temas focam a reabilitação do tecido histórico, na tentativa de o devolver ao quotidiano urbano; a

requalificação de espaços marginais e esquecidos do território, muitas vezes por abandono de antigas funções; a redefinição de zonas “entre” , carecidas de ligações à restante malha urbana e a criação de pólos temáticos e dinamizadores.

Nos casos periféricos, a tentativa é de resolver os problemas formais e funcionais de conexão à cidade nuclear. A oposição “centro e periferia” , é um dos temas que actualmente “incomoda” o desenho da cidade precisamente pela existência deste terceiro espaço vazio, entre uma coisa e outra, carente de significado para o quotidiano urbano.

Os movimentos das políticas urbanas têm vindo a debater a situação actual do desenho da cidade, através da promoção de programas municipais, reunindo condições logísticas e de financiamento, de modo colmatar alguns problemas no contexto urbano actual.

É o caso do Programa Polis, um projecto a nível nacional que promove a requalificação urbana das cidades que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. É desenvolvido sob a acção do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e em parceria com as Autarquias locais. Alguns dos objectivos apontados como princípios estruturadores dos projectos visam promover a *multifuncionalidade*, áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel nas cidades⁸¹.

Em Coimbra, a acção privilegiada é a dinamização de uma nova centralidade, através de um modelo de parque verde urbano que englobe as duas margens do Mondego⁸². Neste programa está implícito a expansão da área consolidada urbana, integrando o território da margem esquerda no limite formal da cidade.

Tal como nos outros casos de centralidade urbana aqui abordados, o Parque Verde estabelece ligações estruturais e dinamiza as áreas envolventes. Para além disso, assume uma função nuclear e de referência aos restantes pólos, pois através das requalificações das frente de água, promove-se o rio como elemento urbano capaz de (re)centralizar a morfologia de Coimbra.

Os *centros de identidade* formalizam-se em modelos representativos das alturas em que a cidade se (re)organizou, para se adaptar às novas

exigências formais e funcionais. Do mesmo modo, o Parque Verde do Mondego é uma resposta contemporânea para a cidade se adaptar aos problemas com que se depara, tentando solucionar a dispersão e fragmentação do tecido urbano e (re)situar a estrutura global da cidade.

O lugar “ em termos geométricos, trata-se da linha, da intersecção das linhas e do ponto de intersecção. Concretamente, na geografia que nos é quotidianamente mais familiar, poderíamos falar, por um lado, de itinerários, de eixos ou de caminhos que conduzem de um lugar a outro e foram traçados pelos homens e, por outro lado, de encruzilhadas e de praças onde os homens se cruzam, se encontram e se reúnem, que desenharam dando-lhes por vezes vastas proporções para satisfazerem nomeadamente, nos mercados, as necessidades de troca económica, e, enfim, de centros mais ou menos monumentais, sejam religiosos ou políticos, construídos por certos homens e que definem em contrapartida um espaço e fronteiras para lá dos quais outros homens se definem como outros, por referência a outros centros e a outros espaços.” (AUGÉ, 1992: 50)

“(…) o dispositivo espacial é ao mesmo tempo aquilo que exprime a identidade do grupo (as origens do grupo são com frequência diversa, mas é a identidade do lugar que o funda, o reúne e o une) e aquilo que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve um sentido.” (AUGÉ, 1992: 41)

A “condição central”.

Este trabalho destacou a existência de *centros de identidade*, um conceito que foi sendo testado ao longo dos capítulos, na reflexão dos espaços urbanos representativos da cidade de Coimbra. Sobre este aspecto tecem-se algumas conclusões referentes às suas características formais para a conformação de um centro. No percurso histórico da cidade observa-se que o conceito do espaço central teve diferentes acepções que condicionavam em muito o desenho das formas urbanas.

Na cidade medieval, representada aqui pela *Baixinha*, a condição central estava ligada às formas das praças e largos como espaços de reunião de actividades e pessoas. A sua localização estava sempre dependente de uma igreja e de uma ordem religiosa, mostrando o valor simbólico do centro, representativo do divino, de uma entidade superior que dava significado à vida terrena. O tecido medieval tem um valor simbólico, ligado à criação e à origem da cidade e, talvez por isso, seja chamado de centro histórico.

O centro linear da *Avenida Sá da Bandeira* pode significar tanto um condensador de novas infraestruturas e programas representativos dos ideais humanistas, como elemento de expansão e ligação a uma nova cidade. A linha traça importantes desejos de aspiração a novas formas urbanas criadas pelo Homem, entidade central no desenho e construção do modelo urbano.

Celas é um caso formalmente mais complexo, sem características que o identifiquem como um “centro”. As possibilidades programáticas e polifuncionais podem contribuir para a sua “condição central”, mas não tendo características espaciais agregadoras e de referência no espaço urbano não promovem a consolidação de um *centro de identidade*. Não existe nenhum ponto gerador de centralidade. As origens simbólicas edificadas da zona de Celas foram ocultadas ou mesmo destruídas, não fazendo parte do actual desenho urbano perdendo, por completo, qualquer referência às origens. Formalmente, é um espaço disperso e incoerente.

No *Bairro estadonovista* a concepção do centro foi simbolicamente introduzida pelos ideais monopolizadores do Estado Novo. A preocupação com a imagem urbana levou à importação de modelos considerados representativos de estatuto urbano. As intenções formais para o plano habitacional reflectem o valor central dado às instituições escola, igreja e família. O modelo é, desta forma, bastante coeso e coerente, na aplicação de uma estratificação clara de prioridades e intenções.

O “centro modernista” , representado pelo modelo urbano da *Solum*, tinha como intenção a descentralização, baseada num sistema viário reticulado que permitisse uma segregação estruturada dos elementos urbanos. Mas, é precisamente o padrão urbano que o diferencia de outros centros e que dota a área de uma centralidade e identidade arquitectónica.

Para a “condição central” do espaço urbano são, assim, identificadas algumas características gerais aplicadas a qualquer modelo. Os territórios pouco construídos, excessivamente fragmentados e descontínuos não contribuem para a criação ou delimitação de um centro. Para isso, é necessária a unidade, coesão e ligação da conformação de um espaço reconhecido e identificável na conduta urbana. Tem de ser um lugar criador de referências capazes de guiar e dar sentido à estrutura da cidade. O centro é encarado como um espaço-referência, facilitador da interacção social criadora de uma memória colectiva e individual. A referência pode ser simbólica, histórica, topográfica, geométrica ou arquitectónica.

Por sua vez, a identidade é construída por um conjunto de caracteres, próprios e exclusivos de um espaço físico organizado, de suporte às relações humanas e, por isso, construtor de uma identidade social.

Coimbra vive assim de *centros de identidade* como espaços de referência e estruturadores de todo o sistema urbano: cada um com sua história e memória que marca o território urbano contemporâneo.



Planta actual de Coimbra.

Bibliografia.

ALARCÃO, Jorge. "A cidade Romana em Portugal. Renovação Urbana em Portugal na Época Romana." *Cidades e História*. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes. Fundação Calouste Gulbenkian. 1987.

ALVES, Fernando Brandão. *Avaliação da Qualidade do Espaço público Urbano*. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 2003.

ARAÚJO, Macedo. A Quinta de Santa Cruz. (Contributo Para o Estudo da sua História Contemporânea). Fundação Passos Canavarro. 2002.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares, Introdução a um a uma antropologia da sobremodernidade*. 90 Graus Editora. 1992.

AZEVEDO, José Manuel. *Demarcação do circuito do Burgo e da cerca do Mosteiro de Celas*. Separata de Revista Munda. Coimbra 1981.

BANDEIRINHA, José António. JORGE, Filipe. *Coimbra Vista do Céu*. Argumento. Coimbra. 2003.

BAPTISTA, Luís Vicente. *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras. Celta Editora. 1999.

BENEVOLO, Leonardo. *A Cidade e o Arquitecto*. Edições 70. Roma-Bari. 1998.

BENEVOLO, Leonardo. *Historia de la arquitectura moderna*. Gustavo Gili. 1974.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. Lisboa. Editorial Teorema. 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA. *Memória descritiva de projecto e orçamento para a construção da Avenida de Santa Cruz*. Coimbra. C.M.C. 1906.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. Editorial Perspectiva. 1965.

DIAS, Pedro. *Coimbra. Arte e História*. Paisagem Editora. Porto. 1983.

DOMINGUES, Álvaro Domingues. *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação urbana em Portugal*. Argumentum. 2006.

ELIADE, Mircea. *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa. Edições 70. 1969.

ESTEVES, Carlos Nuno Marques da Silva. *O Bairro Norton de Matos: um espaço urbano projectado para a cidade de Coimbra*. Prova Final do departamento de arquitectura da FCTUC. Coimbra. 1994.

FARIA, Alice Caldeira Cabral Santiago. *Carlos de Almeida: arquitecto*. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Coimbra. Dezembro de 1996.

FIGUEIREDO, A.C. Borges. *Coimbra Antiga e Moderna*. Almedina Coimbra. 1996.

FIGUEIRA, Jorge. "No Lugar da Avenida Central" . *Monumentos*. Nº25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006.

GRANDE, Nuno. *O Verdadeiro Mapa do universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Coimbra. 2002.

GRÖER, Étienne de. *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra*. 1ªParte (Peças Escritas). Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*. Perspectiva. 1988.

LOUREIRO, José Pinto. *Anais do Município de Coimbra. 1870-1889*. Coimbra: edição da Biblioteca Municipal.

MACEDO, Marta. "A Conquista do terceiro espaço. Uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra." *Monumentos*. nº25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006.

MARQUES, Rafael. *Coimbra Através dos Tempos*. Coedição da Cruz Vermelha com a G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda. 2004.

MATTOSO, José. "Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder." *Cidades e História*. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes. Fundação Calouste Gulbenkian. 1987.

NU. Onde Está Coimbra? Nº12. NUDA/AAC. Junho 2003

PENHA, Maria Raquel Veloso de Brito e. *Coimbra: caminhos de uma cidade. Evolução morfológica da cidade do Mondego*. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Setembro de 2005.

PEREIRA, Nuno Teotónio. "As Casas Económicas 1947 – 1969." *JA Antologia 1981-2004*. Edição Jorge Figueira, Jorge Nunes, Ana Vaz Milheiro, Manuel Graça Dias. 2005.

PORTAS, Nuno. "Conceitos de desenvolvimento urbano" . *JA Antologia 1981-2004*. Edição Jorge Figueira, Jorge Nunes, Ana Vaz Milheiro, Manuel Graça Dias. 2005.

ROSMANINHO, Nuno. *O princípio de uma «revolução urbanística» no estado novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934 – 1940)*. Minerva Editora. Coimbra. 1996.

ROSMANINHO, Nuno. *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Versão Multimédia. 2001.

ROSSA, Walter. *DIVERCIDADE. Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra, Junho de 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter. "A Cidade. Palco Expressivo da Portugalidade." *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina. 2002.

ROSSA, Walter e ANDRADE, Amélia. "La Plaza Portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones" , in *La Plaza en España e Iberoamérica. El Escenário de la Ciudad*. Madrid. 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Edições Afrontamento. Porto. 1992.

SOLÁ-MORALES, Ignasi. *Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea*. Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona. 2003.

SOLÁ-MORALES, Manuel de. *Las formas de crecimiento urbano*. UPC. 1997.

SANTOS, Lusitano dos. *Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra*. Publicações do Museu Nacional de Machado de Castro. Coimbra. 1983.

SANTOS, Lusitano dos. FERREIRA, Fernando Zeferino. "A Unidade residencial do Calhabé (Solum), um paradigma na história recente do urbanismo em Portugal" , in Sociedade e Território. 1995.

SMS:202. A Nova Visualidade de Coimbra. Edições Asa. Coimbra 2003.

TÁVORA, Fernando. *Da Organização do Espaço.* Publicações FAUP. Porto. 1996.

TRINDADE, Luísa. "O Infante D. Pedro e os Núcleos Urbanos" . *Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português.* Caderno de Resumos. Coimbra. 1999.

VÁZQUES, Carlos Garcia. Ciudad hojaldre. Visiones urbanas del siglo XXI. Gustavo Gili, SA. Barcelona. 2004.

NOTAS

-
- ¹ ROSSA, Walter. "A Cidade. Palco Expressivo da Portugalidade." , in *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina. 2002. p.26.
- ² SALGUEIRO, Teresa Barata. *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Edições Afrontamento. Porto. 1992. *Op. cit.* p.211.
- ³ ROSSA, Walter. "História do Urbanismo e identidade. A arte inconsciente da comunidade" in *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina. *Op. cit.* p.15.
- ⁴ *Ib*, p.19.
- ⁵ DIAS, Pedro. *Coimbra. Arte e História*. Paisagem Editora. Porto. 1983. *Op. cit.* p.16.
- ⁶ PENHA, Maria Raquel Veloso de Brito e. *Coimbra: caminhos de uma cidade. Evolução morfológica da cidade do Mondego*. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Setembro de 2005. p. 71.
- ⁷ *Ib*, p.71.
- ⁸ LOBO, Rui. "Coimbra: evolução do espaço urbano." in *ECDJ 3, Novos Mapas para Velhas Cidades*. Edições do Darq. Coimbra 2000. p.29.
- ⁹ *Ib*, p.29.
- ¹⁰ *Ib*, p.29.
- ¹¹ *Ib*, p.31.
- ¹² GRANDE, Nuno. *O Verdadeiro Mapa do universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. 2002. *Op. cit.* p.127.
- ¹³ *Ib*. *Op. cit.* p.99.
- ¹⁴ De GRÖER, Étienne in *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra*. 1ªParte (Peças Escritas). Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948. *Op. cit.* p.7- 8.
- ¹⁵ ALARCÃO, Jorge. "A cidade Romana em Portugal. Renovação Urbana em Portugal na Época Romana." in *Cidades e História*. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes. Fundação Calouste Gulbenkian. 1987. *Op. cit.* p.73.
- ¹⁶ TRINDADE, Luísa. "O Infante D. Pedro e os Núcleos Urbanos". in *Colóquio Internacional. Universo Urbanístico Português*. Caderno de Resumos. Coimbra. 1999. p.55.

-
- ¹⁷ GRANDE, Nuno. *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. 2002. Op. cit. p.40.
- ¹⁸ *Dicionário Enciclopédico de Língua Portuguesa*. Edições de Selecções do Reader's Digest. 1992.
- ¹⁹ ROSSA, Walter. *DIVERCIDADE. Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra, Junho de 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p.431.
- ²⁰ MARQUES, Rafael. *Coimbra Através dos Tempos*. Coedição da Cruz Vermelha com a G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda. 2004. p.152.
- ²¹ ROSMANINHO, Nuno. *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. 2001. Versão Multimédia. p.177.
- ²² ROSSA, Walter. Op.cit. p.476.
- ²³ DIAS, Pedro. *Coimbra. Arte e História*. Paisagem Editora. Porto. 1983. p.14.
- ²⁴ TRINDADE, Luísa. Op. cit. p.58.
- ²⁵ ROSSA, Walter e ANDRADE, Amélia. "La Plaza Portuguesa. Acerca de una continuidad de estructuras y funciones", in *La Plaza en España e Iberoamérica. El Escenário de la Ciudad*. Madrid. 1998. p.101.
- ²⁶ ROSSA, Walter. Op.cit. p.432.
- ²⁷ ROSSA, Walter. Op.cit. p.450.
- ²⁸ ROSMANINHO, Nuno. *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. 2001. p.181.
- ²⁹ FIGUEIRA, Jorge (citando Nuno Rosmaninho). "No Lugar da Avenida Central" in *Monumentos*. Nº25. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Setembro 2006. Op. cit. p.139.
- ³⁰ DE GRÖER, Etienne. *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra*. 1ªParte.(Peças Escritas). Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948. Op. cit. p.18.
- ³¹ FIGUEIRA, Jorge. Op. cit. p.138.
- 32 DIAS, Pedro. *Coimbra. Arte e História*. Paisagem Editora. Porto. 1983. p.18.
- 33 GRANDE, Nuno. *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. 2002. p.102
- 34 *Ibidem*, p.104.
- ³⁵ MACEDO, Marta. "A Conquista do terceiro espaço. Uma abordagem ao ensanche oitocentista de Coimbra." In *Monumentos*. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos.nº25. Setembro 2006. p.124
- ³⁶ FIGUEIREDO, A.C. Borges. *Coimbra Antiga e Moderna*. Almedina Coimbra. 1996. p.77
- ³⁷ *Ib.* p. 76.
- ³⁸ AHMC, Vereações, liv.100, Acta de 23 de Julho de 1885, fl.490. Op. cit.

-
- ³⁹ PENHA, Raquel Veloso de Brito e . Coimbra: caminhos de uma cidade. Evolução morfológica da cidade do Mondego. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Setembro de 2005. p.149
- ⁴⁰ MACEDO, Marta. p.128.
- ⁴¹ Memória descritiva de projecto e orçamento para a construção da Avenida de Santa Cruz. Original existente no Arquivo Histórico da CMC.
- ⁴² MACEDO, Marta. p.126.
- ⁴³ ROSSA, Walter. *DIVERCIDADE. Urbanologia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra, Junho de 2001. Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p. 464.
- ⁴⁴ MATTOSO, José. "Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder." In *Cidades e História*. Ciclo de conferências promovido pelo serviço de Belas-Artes. Fundação Calouste Gulbenkian. 1987. Op. cit. p.9.
- ⁴⁵ DIAS, Pedro. *Coimbra. Arte e História*. Paisagem Editora. Porto. 1983. p.16.
- ⁴⁶ ROSSA, Walter. 2001. Op. cit. p.484.
- ⁴⁷ AZEVEDO, José Manuel. *Demarcação do circuito do Burgo e da cerca do Mosteiro de Celas*. Separata de Revista Munda. Coimbra 1981. p.10.
- ⁴⁸ DIAS, Pedro. 1983. Op. cit. p.16.
- ⁴⁹ *Ib.* p.11.
- ⁵⁰ ROSMANINHO, Nuno. *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. 2001. Versão Multimédia. p.189.
- ⁵¹ GRÖER, Étienne De. *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra*. 1ªParte. (Peças Escritas). Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948. Op. cit. p.18.
- ⁵² PENHA, Maria Raquel Veloso de Brito e. *Coimbra: caminhos de uma cidade. Evolução morfológica da cidade do Mondego*. Prova Final do Departamento de Arquitectura da FCTUC. Setembro 2005. p.173.
- ⁵³ BANDEIRINHA, José António. *Coimbra Vista do Céu*. Argumento. 2003. Op. cit. p.58.

-
- ⁵⁴ *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação urbana em Portugal.* Coordenação Avaro Domingues. Argumentum. Junho de 2006. p. 212.
- ⁵⁵ PORTAS, Nuno. "Conceitos de desenvolvimento urbano" in *JA Antologia 1981-2004.* Edição Jorge Figueira, Jorge Nunes, Ana Vaz Milheiro, Manuel Graça Dias. 2005. Op. cit. p.79.
- ⁵⁶ ROSMANINHO, Nuno. *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra.* Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. 2001. Versão multimédia. p.181.
- ⁵⁷ GRANDE, Nuno. *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa.* Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. 2002. p.119.
- ⁵⁸ *Ib.*, Op. cit. p. 119.
- ⁵⁹ GRÖER, Étienne de. *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra.* 1ªParte. (Peças Escritas). Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948. Op. cit. p.20.
- ⁶⁰ BANDEIRINHA, José António. *Coimbra Vista do Céu.* Argumentum. 2003. p.73.
- ⁶¹, GRÖER Étienne de. p.21.
- ⁶² GRÖER, Étienne de. Op. cit. p.21.
- ⁶³ GRANDE, Nuno. 2002. p.128.
- ⁶⁴ Dados retirados de, *O Bairro Norton de Matos: um espaço urbano projectado para a cidade de Coimbra.* Prova Final do departamento de arquitectura da FCTUC. Carlos Nuno Marques da Silva Esteves. 1994. p.30-37.
- ⁶⁵ GRANDE, Nuno. *O Verdadeiro Mapa do Universo. Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa.* Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC. 2002. Op. Cit. p.140.
- ⁶⁶ PEREIRA, Nuno Teotónio. "As Casas Económicas 1947 – 1969." *JA Antologia 1981-2004.* Edição Jorge Figueira, Jorge Nunes, Ana Vaz Milheiro, Manuel Graça Dias. 2005. Op. cit. p.36.
- ⁶⁷ *Ib.*, Op. Cit. p.37.
- ⁶⁸ *Ib.*, Op. Cit. p.37.
- ⁶⁹ FARIA, Alice Caldeira Cabral Santiago. Carlos de Almeida: arquitecto. Prova Final. Orientada por Varela Gomes. Dezembro de 1996. p.96.
- ⁷⁰ GRÖER. Étienne de. *Ante-projecto de urbanização da cidade de Coimbra.* 1ªParte (Peças Escritas). Edição da Câmara Municipal. Coimbra. 1948. Op. cit. p.41.
- ⁷¹ *Ib.*, Op. cit. p.41.
- ⁷² SANTOS, Lusitano dos. Planos de Urbanização para a cidade de Coimbra. Publicações do Museu Nacional de Machado de Castro. Coimbra. 1983. p. 40. 9 *Ib.*, p. 65.
- ⁷³ *Ib.*, p. 65.
- ⁷⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio. Op. cit. p. 39.

75 SANTOS, Lusitano dos. "A Unidade Residencial do Calhabé (Solum). Um Paradigma na história recente do urbanismo em Portugal" . In Sociedade e Territórios nº21, Março de 1995. Op. Cit. p.77.

76 PEREIRA, Nuno Teotónio. p.39.

77 Dicionário Enciclopédico de Língua Portuguesa. Edições de Selecções do Reader's Digest. 1992.

78 PORTAS, Nuno. "Conceitos de desenvolvimento urbano" in JA Antologia 1981-2004. Edição Jorge Figueira, Jorge Nunes, Ana Vaz Milheiro, Manuel Graça Dias. 2005. Op. Cit. p.83.

79 SALGUEIRO, Teresa Barata. A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana. Edições Afrontamento. Porto. 1992. Op. cit. p.241.

2 MARQUES, Rafael. Coimbra Através dos Tempos. Coedição da Cruz Vermelha com a G.C. - Gráfica de Coimbra, Lda. 2004. p. 170.

80 DOMINGUES, Álvaro Domingues. Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação urbana em Portugal. Argumentum. 2006. p. 30.

81 <http://www.DGOTDU.pt>

82 <http://www.coimbrapolis.pt>